



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XIX — N.º 5

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1964

CONGRESSO NACIONAL

ATA DA 5ª SESSÃO CONJUNTA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 5ª LEGISLATURA, EM 22 DE ABRIL DE 1964.

PRESIDENCIA DO SR. MOURA ANDRADE

As 21 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Galdwaser Santos.
José Gulomard.
Oscar Passos.
Edumundo Levy.
Zacharias de Assumpção.
Eugênio Barros.
Sebastião Archer.
Joaquim Parente.
José Cândido.
Sigefredo Pacheco.
Menezes Pimentel.
Antônio Jucá.
Wilson Gonçalves.
Dix-Huit Rosado.
Dinarte Mariz.
Walfredo Gurgel.
Argemiro de Figueiredo.
João Agripino.
Rui Palmeira.
Heribaldo Vieira.
Josaphat Marinho.
Jefferson de Aguiar.
Eurico Rezende.
Raul Gluberti.
Vasconcelos Torres.
Afonso Arinos.
Aurélio Vianna.
Gilberto Marinho.
Benedicto Valladares.
Nogueira da Gama.
Moura Andrade.
José Feliciano.
Pedro Ludovico.
Filinto Müller.
Bezerra Neto.
Nelson Maculan.
Adolpho Franco.
Melo Braga.
Irineu Bornhausen.
Antônio Carlos.
Atilio Fontana.
Guido Mondin.
Daniel Krieger.
Mem de Sá.

E OS SENHORES DEPUTADOS:

Acre:
Armando Leite — PSD.
Geraldo Mesquita — PSD.
Jorge Kalume — PSD.
Mário Maia — PTB.
Valério Magalhães — PSD.
Amazonas:
Ojalma Passos — PTB.
João Velga — PTB.
José Esteves — PSD.

Leopoldo Peres — PSD.
Manoel Barbuda.
Paulo Coelho — PTB.
Pará:
Armando Corrêa — PSD.
Burlamaqui de Miranda — PSD.
Gabriel Hermes — UDN.
Lopo Castro — PSP.
Waldemar Guimarães — PSD.

Maranhão:
Alexandre Costa — PSP.
Cid Carvalho — PTB.
Ivar Saldanha — PTB.
José Burnett — PSD.
Luiz Coelho — PTB.
Mattos Carvalho — PSD.
Pedro Braga — PTB.

Piauí:
Chagas Rodrigues — PTB.
Dyrno Pires — PSD.
Ezequias Costa — UDN.
Heitor Cavalcante — UDN.
João Mendes Olimpio — PTB.
Moura Santos — PSD.

Ceará:
Edilson Melo Távora — UDN.
Francisco Adeodato — PTN.
Martins Rodrigues — PSD.
Moreira da Rocha — PTB.

Paraíba:
Bivar Olinto — PSD.
Flaviano Ribeiro — UDN.
Humberto Lucena — PSD.
Jandui Carneiro — PSD.
Teotônio Neto — PSD.

Pernambuco:
Aderbal Jurema — PSD.
Arruda Câmara — PDC.
Augusto Novaes — UDN.
Costa Cavalcanti — UDN.
Geraldo Guedes.
Heráclio Régio — PTB.
José Carlos — UDN.
Milvernes Lima — PTB.
Ney Maranhão — PTB.
Nilo Coelho — PSD.
Oswaldo Lima Filho — PTB.
Souto Maior — PTB.
Luiz Pereira.

Alagoas:
Abraão Moura — PTB.
Aloysio Nonó — PTB.
Ary Pitombo — PTB.
Medeiros Neto — PSD.
Oceano Carleial — UDN.
Oséas Cardoso — PTN.
Pereira Lúcio — UDN.
Segismundo Andrade — PTN.
Sergipe:
Euvaldo Diniz — PTB.
José Carlos Teixeira — PSD.

Lourival Batista — UDN.
Machado Rotherberg — UDN.

Bahia:

Alves Macedo — UDN.
Antônio Carlos Magalhães — UDN.
Alosio de Castro — PSD.
Henrique Lima — PSD.
João Alves — PTB.
Josaphat Borges — PSD.
Luna Freire — PTB.
Manoel Novaes — PTB.
Mário Piva — PSD.
Nonato Marques — PSD.
Pedro Catalão — PTB.
Regis Pacheco — PSD.
Ruy Santos — UDN.
Teódulo de Albuquerque — PTB.
Vasco Filho — UDN.
Vieira de Melo — PSD.
Wilson Falcão — UDN.

Espírito Santo:

Bagueira Leal — UDN.
Dirceu Cardoso — PSD.
Dulcino Monteiro — UDN.
Florianio Rubin — PTN.
Gil Vekoso — UDN.
Oswaldo Zanello — PRP.
Raymundo de Andrade — PTN.

Rio de Janeiro:

Afonso Celso — PTB.
Carlos Werneck — PDC.
Dado Coimbra — PSD.
Emmanuel Waismann — PTB.
Geremias Fontes — PDC.
Getúlio Moura — PSD.
José Maria Ribeiro.
Raymundo Padilha — UDN.
Roberto Saturnino — PSB.
Tenório Cavalcanti — PST.

Guanabara:

Alomar Baleeiro — UDN.
Aureo Melo — PTB.
Baeta Neves — PTB.
Breno da Silveira — PTB.
Cardoso de Menezes — UDN.
Expedito Rodrigues.
Hamilton Nogueira — UDN.
Jamil Amigén — PTB.
Mendes de Moraes.
Nelson Carneiro — PSD.
Noronha Filho — PTB.
Waldir Simões — PTB.
Eurico Oliveira — PDC.

Minas Gerais:

Abel Rafael — PRP.
Amintas de Barros — PSD.
Bias Fortes — PSD.
Bilac Pinto — UDN.
Carlos Murilo — PSD.
Celso Murta — PSD.
Celso Passos — UDN.
Duar Mendes — UDN.
Geraldo Freire — UDN.
Guilherme Machado — UDN.

José Bonifácio — UDN.
Manoel de Almeida — PSD.
Manoel Taveira — UDN.
Nogueira de Rezende — PR.
Olavo Costa — PSD.
Oscar Corrêa — UDN.
Ovidio de Abreu — PSD.
Ozanam Coelho — PSD.
Padre Vidigal — PSD.
Paulo Freire — PTB.
Pedro Aleixo — UDN.
Pinheiro Chagas — PSD.
Renato Azeredo — PSD.
Rondon Pacheco — UDN.
Teófilo Pires — PR.
Último de Carvalho — PSD.
Walter Passos — PR.

São Paulo:

Adrião Bernardes — PST.
Alceu de Carvalho — PTB.
Athé Coury — PDC.
Batista Ramcs — PTB.
Cantídio Sampaio — PSP.
Carvalho Sobrinho — PSP.
Celso Amaral — PTB.
Cunha Bueno — PSD.
Derville Alegretti — MTR.
Ewaldto Pinto — MTR.
Hélcio Mahenzani — PTB.
Herbert Levy — UDN.
José Meenck — PDC.
José Resegue — PTB.

Lauro Cruz — UDN.
Lino Morganti — PRT.
Luiz Francisco — PTN.
Mário Covas — PST.
Maurício Goulart — PTN.
Nicolau Tuma — UDN.
Pacheco Chaves — PSD.
Padre Godinho — UDN.
Paulo Mansur — PTB.
Pedro Marão — PTN.
Pedroso Junior — PTB.
Pinheiro Brisolla — PSP.
Plínio Salgado — PRP.
Sussumo Hirata — UDN.
Teófilo Andrade — PDC.
Tufy Nassif — PTN.
Ulysses Guimarães — PSD.
William Salem — PTB.

Goias:

Benedito Vas — PSD.
Castro Costa — PSD.
Celestino Filho — PSD.
Geraldo de Pina — PSD.
Jales Machado — UDN.
Ludovico de Almeida — PSP.
Peixoto da Silveira — PSD.

Mato Grosso:

Correia da Costa — UDN.
Edison Garcia — UDN.
Jonce de Arruda — PSD.
Rachid Mamed — PSD.
Saldanha Derzi — UDN.
Wilson Martins — PTN.

Paraná:

Accioly Filho — PDC.
 Antônio Annibelli — PTB.
 Antônio Baby — PTB.
 Braga Ramos — UDN.
 Emílio Gomes — PDC.
 Fernando Gama — PTB.
 Ivan Luz — PRP.
 Jorge Curi — UDN.
 José Richa — PDC.
 Miguel Buffara — PTB.
 Minoru Miyamoto — PDC.
 Newton Carneiro — UDN.
 Plínio Costa — PSD.
 Rafael Rezende — PSD.
 Renato Celidônio — PTB.
 Wilson Chedid — PTB.

Santa Catarina:

Albino Zani — UDN.
 Antônio Almeida — PSD.
 Aroldo Carvalho — UDN.
 Carneiro de Loyola — UDN.
 Doute de Andrade — PTB.
 Leerte Vieira — UDN.
 Lenoir Vargas — PSD.
 Orlando Bertoli — PSD.
 Osni Regis — PSD.
 Paulo Macarini — PTB.
 Pedro Zimmermann — PSD.

Rio Grande do Sul:

Adílio Viana — PTB.
 Antônio Bresolin — PTB.
 Ary Alcântara — PSD.
 Erito Velho — PL.
 Cesar Prieto — PTB.
 Cid Furtado — PDC.
 Clóvis Pestana — PSD.
 Croacy de Oliveira
 Euládes Triches — PDC.
 Flóres Soares — UDN.
 Floriano Paixão — PTB.
 Giordano Alves — PTB.
 Lauro Leitão — PSD.
 Lino Braun — PTB.
 Luciano Machado — PSD.
 Peracchi Barcellos — PSD.
 Raul Pila — PL.
 Ruben Alves — PTB.
 Unirio Machado — PTB.
 Zaire Nunes — PTB.

Amapá:

anary Nunes — PSP.

Rondônia:

Renato Medeiros — PTB.

Roraima:

Felix Valois — PRT.

O SR. PRESIDENTE:

As listas de comparecimento acusam a presença de 44 Srs. Senadores e 233 Srs. Deputados, perfazendo o total de 277 Srs. Congressistas. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O SR. ALIOMAR BALEIRO:

Sr. Presidente, para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. ALIOMAR BALEIRO:

(Para uma reclamação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, no local de costume, não há cédulas e aquelas distribuídas o foram de tal modo pelos líderes que não propiciam maneira de se evitar erro grave, que há no assunto.

Pediria que V. Ex.^a mandasse por cédulas no escaninho próprio e não procedesse a votação antes que elas lá estejam. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Senador Moura Andrade) — Se, em circunstâncias idênticas, as cédulas são colocadas na cabine no instante da abertura da sessão.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALEERTO DE-BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00

Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,00

Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Quando o Presidente declara aberta a sessão, os funcionários dirigem-se às cabines para depositar as cédulas. Os líderes recebem antes da sessão os envelopes com as cédulas, para comporem a votação que desejem estabelecer para suas bancadas.

Será atendido o nobre Deputado com a colocação das cédulas nas cabines.

O SR. ALIOMAR BALEIRO — Obrigado a V. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE:

Senador (Moura Andrade) — O Sr. Secretário irá proceder à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE:

(Senador Moura Andrade) — Em discussão a Ata.

O SR. ALIOMAR BALEIRO:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Senador Moura Andrade) — Indago do nobre Deputado Aliomar Baleiro se vai discutir a Ata ou a matéria.

O SR. ALIOMAR BALEIRO:

Vou discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE:

(Senador Moura Andrade) — Então vou conceder a palavra a V. Ex.^a após a votação da Ata.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

RELATÓRIO Nº 1, DE 1964

Da Comissão Mista, incumbida de apreciar o veto do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei do Senado nº 31, de 1959 (na Câmara nº 2.182-B-60), que estabelece prazo para o provimento de cargos públicos.

Relator: Sr. José Feliciano.

O Sr. Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, negou sanção ao Projeto de Lei nº 31-59 do Senado (na Câmara nº 2.182-B-60), que estabelece prazo para o provimento de cargos públicos, por considerá-lo contrário aos interesses nacionais.

O PROJETO

Determina o projeto que, verificada a vaga em cargo público regularmente criado por lei, o respectivo provimento será feito, por ato do Presidente da República, no prazo de trinta dias, sendo dispensada a nomeação, se o Presidente da República, no mesmo prazo, enviar mensagem ao Congresso Nacional, com projeto de extinção do cargo, por desnecessário. Se o provimento depender de indicação de outro órgão, ou de concurso, o prazo contar-se-á da data em que for entregue ao Presidente da República a indicação ou o resultado do concurso, com a habilitação ou classificação dos candidatos, ficando suspenso o curso do prazo até final decisão, se houver recurso administrativo contra a regularidade da indicação, ou do concurso. Se a vaga se verificar em cargo cujo provimento dependa de prévia aprovação do Senado, o nome proposto será en-

caminhado pelo Presidente da República àquela Casa do Congresso Nacional, no prazo previsto no artigo primeiro. Comunicado ao Presidente da República o pronunciamento do Senado, se este for favorável, será de dez dias o prazo para a nomeação; se for contrário, começará a correr novo prazo de trinta dias para a mensagem com a indicação de outro nome. Os dispositivos do projeto se aplicarão, no que couber, às autoridades que tenham competência constitucional para prover cargos públicos.

Origem e Justificação do Projeto

O autor do projeto é o ilustre Senador Milton Campos, que, ao apresentá-lo, fez-lo inspirado no Decreto nº 47.021, de 14 de outubro de 1959, que "Consolida as disposições relativas às nomeações e admissão no Serviço Público Federal e nas Autarquias". Objetiva o projeto estabelecer prazos para o Presidente da República exercer o dever constitucional de prover os cargos públicos.

Razões do veto

O Presidente da República negou sanção ao Projeto em face das seguintes razões:

a — "considerando que os cargos públicos são, na quase totalidade, de carreira, tendo, portanto, seu preenchimento condicionado a concurso, a aplicação da norma contida no art. 1º ficaria restrita às nomeações para cargos isolados e em comissão, deixando assim, de atingir o objetivo visado";

b — "a obrigatoriedade da nomeação de todos os candidatos habilitados em concurso, no prazo estabelecido, até o limite das vagas existentes, não se coaduna com as normas que devem reger a administração do pessoal nem com o interesse público";

c — "a competência de prover os cargos públicos conferida ao Presidente da República pela Constituição, embora admita o preceito constitucional sua regulamentação por lei ordinária não deve ficar sujeita à rigidez das disposições do projeto, sob pena de tumultuar os serviços públicos, com consequências imprevisíveis para o Tesouro e inevitáveis demandas judiciais";

d — "retirar do Poder Executivo o direito de decidir da oportunidade do provimento e da extinção de cargos, seria limitar a ação do Governo, impedindo-o, inclusive, de suspender temporariamente as nomeações para o serviço público, quando assim julgar necessário, com o sadio propósito de restringir os gastos com o pessoal como medida complementar de contenção de despesas públicas".

Com o presente Relatório cremos estar o Congresso Nacional habilitado a se pronunciar sobre o Veto do Sr. Presidente da República, na forma estabelecida pela Constituição Federal.

Sala das Comissões, em 17 de fevereiro de 1964. — Daniel Krieger, Presidente — José Feliciano, Relator — Melo Braga — Lauro Leitão — Amino Valois — Pedro Aleixo.

MENSAGEM Nº 221, DE 1963

(Nº 411, na Origem)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso da atribuição que me conferem os artigos 70, § 1º, e 87, II, da Constituição Federal, resolvi negar sanção ao Proje-

to de Lei da Câmara dos Deputados nº 2.182-B-60 (no Senado 21-59), que estabelece prazo para o provimento de cargos públicos, por considerá-lo contrário aos interesses nacionais em face das razões que passo a expor.

A proposição legislativa ora submetida a sanção tem por principal finalidade a de evitar que a vacância dos cargos públicos persista por período superior a trinta dias.

Entretanto, em seu artigo 2º, determina o projeto que para os cargos cujo provimento dependa de concurso, aquele prazo seja contado a partir da data da indicação dos candidatos nele classificados. Ora, considerando que os cargos públicos são na sua quase totalidade, de carreira, tendo, portanto, seu preenchimento condicionado a concurso, a aplicação da norma contida no artigo 1º ficaria restrita às nomeações para cargos isolados e em comissão, deixando, assim de atingir o objetivo visado.

Por outro lado, a obrigatoriedade da nomeação de todos os candidatos habilitados em concurso, no prazo estabelecido, até o limite das vagas existentes, não se coaduna com as normas que devem reger a administração de pessoal nem com o interesse público. De fato, pode ocorrer a hipótese, aliás comum, de não ter a administração interesse senão no preenchimento de parte das vagas por motivos de ordem financeira e, ainda, tendo em vista as reais necessidades do serviço.

Vale acrescentar, ainda, que a competência de prover cargos públicos conferida ao Presidente da República pela Constituição, embora admita o preceito constitucional sua regulamentação por lei ordinária, não deve ficar sujeita à rigidez das disposições do projeto, sob pena de tumultuar os serviços públicos, com consequências imprevisíveis para o Tesouro e inevitáveis demandas judiciais.

Ademais, retirar do Poder Executivo o direito de decidir a oportunidade do provimento e da extinção de cargos, seria limitar a ação do Governo, impedindo-o, inclusive, de suspender temporariamente as nomeações para o Serviço Público, quando assim julgar necessário com o sadio propósito de restringir os gastos com pessoal como medida complementar de contenção de despesas públicas.

São estas as razões que me levaram a negar sanção ao projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 5 de dezembro de 1963.
— João Goulart.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Estabelece prazo para o provimento de cargos públicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Verificada vaga em cargo público regularmente criado em lei, o respectivo provimento, será feito, por ato do Presidente da República, no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Será dispensada a nomeação, se o Presidente da República, no mesmo prazo, enviar mensagem ao Congresso Nacional com projeto de extinção do cargo por desnecessário.

Art. 2º. Se o provimento depender de indicação de outro órgão, ou de concurso, o prazo referido no artigo anterior contar-se-á da data em que for entregue ao Presidente da República a indicação ou o resultado do concurso, com a habilitação ou classificação dos candidatos.

Parágrafo único. Ficará suspenso o curso do prazo, até final decisão, se houver recurso administrativo contra a regularidade da indicação, ou do concurso.

Art. 3º. Se a vaga se verificar em cargo cujo provimento dependa de

prévia aprovação do Senado (Constituição, art. 63 n.º I), o nome proposto será encaminhado pelo Presidente da República àquela Casa do Congresso Nacional, no prazo previsto no artigo primeiro.

Art. 4º. Comunicado ao Presidente da República o pronunciamento do Senado, se este for favorável, será de 15 (dez) dias o prazo para nomeação; se for contrário, começará a correr novo prazo de 30 (trinta) dias para a mensagem com a proposta de outro nome.

Art. 5º. Aplica-se esta lei, no que couber, às autoridades que tenham competência constitucional para prover cargos públicos.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RELATÓRIO Nº 2, DE 1964

Da Comissão Mista, incumbida de apreciar o veto parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 201 de 1950 (nº 38 de 1952, no Senado), que institui normas gerais para elaboração dos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

No uso da atribuição que lhe confere os artigos 70 § 1º, e 87, item II, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República após veto parcial ao Projeto de Lei da Câmara nº 201, de 1950 (nº 38 de 1952, no Senado) que institui normas gerais para elaboração dos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios.

O PROJETO

Sobre o assunto mencionado na ementa, veiculou o projeto, através de seus 70 artigos, disposições minuciosas, agrupadas sob os seguintes títulos:

- I — Do Orçamento
- II — Da Contabilidade
- III — Disposições Gerais

ORIGEM E JUSTIFICAÇÃO DO PROJETO

O projeto foi apresentado na Câmara dos Deputados, no dia 4 de maio de 1950, pelos Senhores Berto Condé, Edgar Fernandes, Calado Godói, João D'Abreu, Jurandir Pires, Manuel Anunciação, Jonas Correa, Asdrubal Soares, Paulo Nogueira, Campos Vergal, José Linhares, João Adeodato e Carlos Medeiros.

Esses parlamentares justificaram a proposição desenvolvendo longa série de considerações.

Aludiram, inicialmente, à Terceira Conferência de Técnicos em Contabilidade Pública e Assuntos Fazendários reunida no Rio de Janeiro, em 1949, com a presença de representantes de todo o Brasil, que, atendendo "a velhos ensinamentos das Repartições Fiscais de todas as circunstâncias administrativas do país votando um anteprojeto de normas financeiras para a padronização dos seus serviços peculiares".

Encerrada a Conferência, foram suas conclusões remetidas ao Presidente da República, para serem por ele encaminhadas ao Congresso Nacional, que então examinaria a conveniência de transformá-las em lei, facilitando a política financeira do país.

O encaminhamento previsto ao Congresso Nacional, entretanto, não foi feito, e a evidência do problema que preocupava aqueles técnicos de contabilidade reunidos em conferência, em 1949, voltou a impressionar os estudiosos.

Justamente, essa atenção dos técnicos para o assunto é que encadeia os fatos no sentido da formulação do projeto, na Câmara, por iniciativa dos deputados cujos nomes

mencionamos.

TRAMITAÇÃO DO PROJETO

O projeto iniciou sua tramitação na Câmara, em 4 de maio de 1950, data de sua apresentação.

Encaminhando às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, obteve pronunciamentos favoráveis desses órgãos Técnicos, tendo a Comissão de Finanças oferecido ao projeto treze emendas modificativas.

A seguir, foi o projeto aprovado pelo Plenário da Câmara, sendo remetido ao Senado em 31 de janeiro de 1952. E a Mesa do Senado solicitou para a matéria o pronunciamento das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

A Comissão de Constituição e Justiça reconheceu a constitucionalidade da proposição em parecer emitido o 19 de novembro de 1953.

Em 1957, quando examinou o projeto, decidiu a Comissão de Finanças ouvir o Ministério da Fazenda, que se manifestou sugerindo um substitutivo ao projeto, elaborado pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças.

A Comissão de Finanças do Senado emitiu então seu parecer conclusivo sobre o projeto, opinando pela sua aprovação, nos termos do substitutivo originário do Conselho Técnico de Economia e Finanças. A Constitucionalidade e a juridicidade do substitutivo foram reconhecidas pela Comissão de Constituição e Justiça, em 30 de novembro de 1962.

Indo a penúltima, foi oferecido substitutivo ao projeto, pelo Senador Jefferson de Aguiar, que atualizou e refundiu o substitutivo da Comissão de Finanças. E, em 7 de dezembro de 1962, as Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças emitiram pareceres favoráveis ao substitutivo Jefferson de Aguiar, o qual obteve aprovação no plenário, em 11 de dezembro de 1962.

Volta, então, o projeto à Câmara dos Deputados, em 17 de dezembro de 1962, sendo aprovado em 5 de março de 1964.

DISPOSIÇÕES VETADAS E AS RAZÕES DOS VETOS

Em mensagem ao Senado Federal, datada de 17 de março de 1964, o Senhor Presidente da República deu ciência de que resolvera vetar, parcialmente, a proposição, expondo as razões inspiradoras desses vetos. Eis as palavras textuais da mensagem: "Incide o veto sobre as disposições abaixo relacionadas, por contrários aos interesses nacionais, pelas razões a seguir expostas:

I) o parágrafo único do artigo 3º e no artigo 57, a expressão "Reservado o parágrafo único do artigo 3º desta lei".

Razões:

Os inconvenientes devidos ao sistema vigente da pluralidade orçamentária são indiscutíveis. Aprovando norma repressiva às violações do princípio da universalidade, este Governo apenas abre caminho para a concretização do desiderato a que se propôs — entrelaçar todas as decisões num conjunto representativo de plano bem integrado com vistas à situação econômica — para saneamento das finanças públicas que está o País a reclamar.

Entretanto, o caráter seletivo emprestado pela redação do parágrafo único situa de forma antagônica o amplo e indubitável entendimento firmado à Luz do artigo 3º, que demonstra o alcance total da influência governamental sobre a economia, em perfeita sintonia com a regra constitucional da universalidade.

Além disso, é flagrante a colisão com as normas saintares ditadas no artigo 7º as quais objetivam que o or-

camento prevista a maneira pela qual, em caso de "deficit", seja ele coberto.

As exclusões do parágrafo único são endereçadas às operações de crédito por antecipação de receita, às emissões de papel moeda e a outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros. Quanto às primeiras, não haverá quaisquer dúvidas a suscitar, uma vez que, tradicionalmente, há alguns exercícios, os orçamentos da União vêm inscrevendo e prevendo limitação para socorro da administração financeira em tais operações. Por não alterarem o patrimônio, as operações compensatórias estariam "ab initio" ressaltadas do tratamento preconizado, perante a inteligência da regra da universalidade, razão bastante para ser desnecessária a excepcionalidade inscrita no dispositivo vetado.

Portanto, resta por relêvo à aplicabilidade da regra quanto a emissões. Nesse passo o dispositivo seria oportuno, caso não existisse o artigo 73, § 1º, II da Constituição Federal. O mestre de Direito Constitucional, Pontes de Miranda em "comentários à Constituição de 1946, tomo II, página 13, ensina, quanto à abertura de operações de crédito e emissões de curso forçado, de que trata o artigo 65, VI, da Lei Maior.

"A lei seria, congentemente, "lei fora do orçamento" se não existisse o artigo 73, § 1º, II, que permitiu a inserção da regra jurídica autorizativa da emissão no orçamento da República, quando disse, abrindo exceção ao princípio de que só se insere no orçamento o que se tem por lei em sentido formal, que se pode embutir no orçamento "o modo de cobrir o deficit". Um dos modos de tal cobertura é a emissão.

As emissões, para que tenham base em lei, isto é, para que se não possam considerar atos em exercício de delegação legislativa, portanto atos administrativos ilegais e contrários à Constituição de 1946, artigo 36, § 2º, é preciso que os tenha precedido lei — lei feita pelo Congresso Nacional, com a sanção de Presidente da República — e tal lei não haja deixado arbitrio ao Poder Executivo. A Lei é a lei que autoriza a emissão, fora do orçamento, ou, por força do artigo 73, § 1º, II da Constituição de 1946, a regra jurídica autorizativa de emissão inserta no orçamento, se para cobrir déficit orçamentário. Não se pode invocar o artigo 73, parágrafo primeiro, II, da Constituição de 1946, se a emissão não é para cobrir o deficit. Porque a regra jurídica autorizativa de emissão somente é de permitir-se inserta no orçamento se o é como "modo de cobrir o deficit".

Quanto ao veto à expressão do artigo 57, é decorrência natural da impugnação do parágrafo único do artigo 3º.

II) o parágrafo 2º do artigo 6º.

Razões:

As vinculações específicas da Receita, no tocante ao Orçamento Federal, atingem cerca de 42% do total. Tais vinculações já estão regidas, quer por princípios constitucionais, quer por normas estabelecidas em leis especiais. Não há porque alterar a sistemática vigente, procurando-se adotar, apenas, como base de cálculo das dotações a apuração do balanço do exercício anterior, tanto mais que na prevalência do critério proposto, ocorrerão drásticas reduções nas verbas destinadas, principalmente a investimentos ligados a planos de desenvolvimento regional e a ou-

tos setores relevantes e estratégicos da economia nacional. Essas reduções são ainda mais agravadas, em termos reais, se se considera o não ajustamento, em moeda corrente, das vinculações da receita à taxa de inflação, não a vigorante em exercício anterior, mas sim, àquela prevista para o ano em que se formula a proposta orçamentária.

III) os artigos 9º e 10º.

Razões:

Os conceitos de tributo, imposto, taxa e contribuição de melhoria constituem matéria do projeto de Código Tributário Nacional, apresentado pelo Executivo (Projeto na Câmara nº 1.834-A, de 1955). Tais conceitos assumem impar relevância, por suas consequências práticas sobre a validade das contribuições compulsórias da União, Estados ou Municípios, em especial quanto às figuras não expressamente enumeradas na discriminação constitucional de rendas.

As definições vetadas divergem parcialmente das constantes daquele projeto de Código. E não satisfazem, por não serem abrangentes de certos tributos, tais como os destinados a atender a atividades especiais da administração (o imposto único sobre o combustível e lubrificantes líquidos, por exemplo) e os de finalidade extrafiscal.

IV) no art. 14, a expressão: "subordinados ao mesmo órgão ou repartição".

Razões:

A negativa de sanção se prende ao afluxo de dúvidas sem conta e justificáveis surgidas em assuntos de organização. Na ordenação dos órgãos, em que a liberdade de composição, em virtude da dinâmica do processo, deve estar limitada pelos interesses da Administração e com vistas aos propósitos econômicos e sociais, todas essas altas finalidades ficariam tolhidas por não se comportarem em estruturas desatualizadas ou em vias de edificação.

Entendendo ser ponderável o volume de discrepâncias criado pela conceituação, principalmente pelo regime de submissão das dotações ao mesmo órgão ou repartição, quando se tratar de recursos para despesas, às quais não corresponda contraprestação de bens ou serviços, inclusive subsídios de toda a natureza destinados a manutenção de outras entidades de direito público ou privado, por exemplo, as cotas pertencentes aos Municípios no imposto de renda e no imposto de consumo.

V) no art. 15, as palavras entre vírgulas — "no mínimo" e todo o § 1º.

Razões:

A redação, do artigo 15 e o disposto no seu § 1º concorrem decisivamente para o desvirtuamento de outras normas sobre a estrutura e funções da lei de orçamento.

Colocado em plano inferior o sentido programático, e evidenciando apenas os desdobramentos, meras fases, o acessório passa à condição de essencial. Seria homologar processo complementar, posto à margem pela maioria das nações. Conduzida a mensuração das metas visadas em termos de unidade de trabalho para cada atividade cometida ao setor público, caso a discriminação da despesa, na lei, se faça no mínimo, por elementos, e conceituando como elementos os desdobramentos da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios, os vetados dispositivos induziram à aprovação de leis orçamentárias excessivamente discriminativas, com todas as inconveniências comprovadas, a sociedade, pela experiência universal.

Prevenindo-se contra possível inobservância das normas de captação da despesa na fase de execução, os controles interno e externo, sem prejuízo da ação do Tribunal de Contas ou órgão equivalente, auxiliados pela contabilidade, ensinarão, evitada a diluição gerada pela excessiva pormenorização das verbas e, em certos aspectos, eliminado o desperdício de dinheiros públicos. a viação do conjunto e o consequente cumprimento do programa de trabalho.

Portanto, a concentração de recursos em uma única rubrica, por exemplo a de Material Permanente, permitiria o estabelecimento de critérios de preferência, sem ferir qualquer regra constitucional, segundo as necessidades e disponibilidades em confronto com a variação dos preços do mercado.

Outrossim, não ocorrerá o que agora acontece, quando as dotações concedidas tornam-se insuficientes para fins específicos e ficam sem aplicação por não poderem ser grupadas para satisfazer pelo menos um ou alguns dos itens dos programas elaborados.

Dê-se modo, entendo não se ter caracterizado a presente lei apenas sob o prisma de diploma legal de consolidação de dispositivos vigentes, porém com múltiplas facetas em que ultrapassa os limites do processo atual, inovando para adotar os poderes competentes de instrumento de administração e controle razoável para condicionamento dos problemas a solucionar a coordenação de sua atividade financeira.

Partindo dessa concepção e do fato de existir esquema (artigo 13 e anexos 3 e 4) para a classificação da receita e da despesa, sem qualquer quebra do princípio constitucional da especialização, decidiu-se pela impugnação dos dispositivos acima mencionados.

VI) o artigo 43 eto dos os seus parágrafos e a expressão "obedecidas as disposições do artigo 43" do artigo 7º.

Razões:

A despeito da tenaz luta encetada desde alguns decênios pelo setor público em matéria financeira, nas suas três esferas de governo, poucas vezes este apresentou orçamento equilibrado, visto serem normalmente superados os incrementos de arrecadação pela desproporcionalidade da contrapartida dos gastos públicos.

Portanto, condicionar-se como disponibilidades para novas despesas os prováveis excessos de arrecadação em exercícios marcados pelo déficit, sem qualquer inclinação, por ora, para o equilíbrio, constituiria fuga à realidade financeira.

Saliente-se ainda a irrealdade e o artificialismo no tocante às estimativas da receita, a que poderá ser levada a administração financeira caso admita algumas definições compreendidas nos parágrafos do dispositivo vetado.

Quanto ao veto da expressão "obedecidas as disposições do artigo 43" no inciso I do artigo 7º é decorrência natural da impugnação do artigo 43 e seus parágrafos.

VII) o § 1º, do artigo 55.

Razões:

Ocorre evidente inconveniência técnica em fixar-se em lei de caráter geral, e aplicável às três esferas de governo, se características formais dos recibos de arrecadação.

Trata-se de matéria de caráter nitidamente regulamentar, que não costuma cristalizar-se em texto legal, especialmente pela circunstância de tentar disciplinar matéria sujeita aos mais dinâmicos progressos tecnológicos.

cos no campo da mecanização de serviços.

VIII) no artigo 58, a expressão "ou não".

Razões:

A obrigação de pagamento, decorrente do empenho de despesa, depende, sempre, de implemento ou condição. Dispor contrariamente, como faz o dispositivo, por isso parcialmente vetado, constituiria erro técnico substancial, capaz, entre outras consequências, de induzir terceiros em outros erros, particularmente quanto à negociabilidade da "nota de empenho".

Estando a nota de empenho revestida dos requisitos da regularidade, é pacífica, portanto, o implemento ou a condição. Infere-se ser a alternativa inoportuna e descabida.

IX) o parágrafo único do artigo 64.

Razões:

Em seus artigos 83 e 100, a Lei acertadamente estabelece rigorosos preceitos tendentes a assegurar o completo controle da administração pública, inclusive, em relação às operações extraorçamentárias. Constituíam, porém, sério inconveniente determinar-se que as ordens de pagamento somente poderão expedir-se em documentos previamente processados pelos serviços de contabilidade. Circunstâncias ocorrem em que a ordem de pagamento não pode aguardar, sem grave prejuízo para os serviços, o controle contábil antecipado. A rigidez da norma cria dependência antieconômica e insuportável para a maioria dos serviços existentes de âmbito federal, estadual e municipal.

X) a parte final "nem a responsável por dois adiantamentos" do artigo 69.

Razões:

O preceito ora vetado consta da legislação federal vigente, mas já prevalece em alguns Estados. Relativamente a numerosos serviços da União tornou-se um empecilho artificial sem fundamento válido.

Com efeito, tal preceito não constitui garantia efetiva contra as malversações, pois, se a um só responsável permite conceder um ou dois adiantamentos, sem qualquer limite, não permite conceder mais de dois, embora todos de valor insignificante.

Numerosos órgãos, sobretudo federais, vêm-se obrigados a operar normalmente sob o regime de adiantamentos, em face da natureza dos próprios federais e das condições das áreas do interior onde devem atuar. E não dispõem, geralmente, de grande número de servidores capazes de administrar adiantamentos. Nessas condições, tais órgãos teriam seu funcionamento facilitado se a um mesmo responsável pudessem simultaneamente conceder mais de dois adiantamentos. Esta solução viria permitir, inclusive, maior discriminação dos recursos destinados a programas especiais, em lugar das usuais dotações para "Despesas de qualquer natureza", que dificultam a análise e vêm propiciando abusos.

O servidor que não presta contas do adiantamento no prazo legal considera-se em alcance. Bastará, no interesse da administração, manter-se este preceito, contido na primeira parte do artigo 69, vetada a parte final do dispositivo.

XI) o artigo 98.

Razões:

A conceituação de dívida fundada deverá fazer-se em outra lei, relativa ao crédito público, e da qual já existe projeto em curso no Congresso.

Ademais, a dívida fundada ou consolidada não se caracteriza apenas

pelo prazo de resgate, mas também pela natureza dos títulos que a representam, e que são, tradicional e legalmente, as apólices da Dívida Pública e as obrigações do Tesouro, para cuja emissão ora se exige autorização legislativa, tanto na União como nos Estados e Municípios.

De outro lado, a emissão de Letras do Tesouro, a prazo inferior a doze meses, tem-se revelado recurso de acentuado valor prático, para atender a insuficiência de tesouraria, inclusive as decorrentes de déficits de execução orçamentária. Não convém, portanto, caracterizar a dívida fundada como a de exigibilidade superior a doze meses. Não convém, tampouco, como faz o dispositivo vetado, conceituá-la com base nesse critério de exigibilidade, aliado às finalidades de atender a desequilíbrios orçamentários ou a financiamentos de obras ou serviços públicos. Essa conceituação excluiria, por exemplo, o lançamento de empréstimos fundados que visassem ao financiamento de guerra ou a simples consolidação da dívida anterior.

ORIGEM DAS DISPOSIÇÕES VETADAS

Iniciado na Câmara dos Deputados, há quatorze anos atrás, sob a inspiração de um trabalho técnico elaborado fora do Legislativo, emendada nessa Casa do Congresso e depois reafundido no Senado Federal, com a adoção de sugestões originárias do Conselho Técnico de Economia e Finanças — tornou-se o projeto, ao subir à sanção presidencial, o resultado último de um complexo e prolongado processo, em que intervieram parlamentares e técnicos. Carece assim de importâncias, para que os Senhores Congressistas possam medir as razões alegadas pelo Senhor Presidente da República em justificativa aos vetos apostos, referências aos detalhes históricos da origem de cada uma das disposições vetadas, as quais, reproduzidas neste relatório, representam em si mesmo o melhor subsídio esclarecedor sobre a matéria.

CONCLUSÃO

O veto presidencial foi aposto em tempo útil e fundado em motivos considerados contrários aos interesses nacionais.

Está, assim, o Congresso Nacional habilitado a se pronunciar sobre o mesmo, na forma estabelecida pela Constituição Federal.

Saia das Comissões, em 14 de abril de 1964. — *Ruy Carneiro*, Presidente. — *Bezerra Neto*, Relator. — *Antonio Carlos*. — *Ultimo de Carvalho*. — *Altino Machado* — *Rui Santos*.

MESSAGEM Nº 41, DE 1964

(Nº 47-64, NA PRESIDENCIA DA REPUBLICA)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 201-D, de 1950 (no Senado nº 38, de 1952), que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Incide o veto sobre as disposições abaixo relacionadas, por contrárias aos interesses nacionais, pelas razões a seguir expostas:

I) o parágrafo único do art. 3º e no art. 57, a expressão "Reservado o parágrafo único do art. 3º desta lei".

Razões:

Os inconvenientes devidos ao sistema vigente da pluralidade orga-

mentária são indiscutíveis. Aprovando a norma repressiva às violações do princípio da universalidade, este Governo apenas abre caminho para a concretização do desiderato a que se propõe — entrelaçar todas as decisões num conjunto representativo de plano bem integrado com vistas à situação econômica — para saneamento das finanças públicas que está o País a reclamar.

Entretanto, o caráter seletivo emprestado pela redação do parágrafo único situa de forma antagônica o amplo e indubitável entendimento firmado à luz do art. 3º, que demonstra o alcance total da influência governamental sobre a economia, em perfeita sintonia com a regra constitucional da universalidade.

Além disso, é flagrante a colisão com as normas salutares ditadas no art. 7º, as quais objetivam que o orçamento previna a maneira pela qual, em caso de "deficit", seja ele coberto.

As exclusões do parágrafo único são endereçadas às operações de crédito por antecipação de receita, às emissões de papel-moeda e a outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros. Quanto às primeiras, não haverá qualquer dúvida e, suatier, uma vez que, tradicionalmente, há alguns exercícios, os orçamentos da União vêm inscrevendo e prevendo limitação para socorro da administração financeira em tais operações. Por não alterarem o patrimônio, as operações compensatórias estariam "ab initio" ressalvadas do tratamento precenizado, perante a inteligência da regra da universalidade, razão bastante para ser desnecessária a excepcionalidade inscrita no dispositivo vetado.

Portanto, resta pôr relevo à aplicabilidade da regra quanto a emissões. Nesse passo o dispositivo seria oportuno, caso não existisse o art. 73, § 1º, II da Constituição Federal. O mestre de Direito Constitucional, Pontes de Miranda, em "Comentários à Constituição de 1946, Tomo III, página 13", ensina, quanto à abertura de operações de crédito e emissões de curso forçado, de que trata o art. 55, VI, da Lei Maior:

"A lei seria, congentemente, 'lei fora do orçamento' se não existisse o art. 73, § 1º, II, que permitiu a inserção da regra jurídica autorizativa da emissão no orçamento da República, quando dissesse, abrindo exceção ao princípio de que só se insere no orçamento o que se tem por lei em sentido formal, que se pode embutir no orçamento 'o modo de cobrir o deficit'. Um dos modos de tal cobertura é a emissão.

As emissões, para que tenham base em lei, isto é, para que se não possam considerar atos em exercício de delegação legislativa, portanto atos administrativos ilegais e contrários à Constituição de 1946 art. 55, § 2º, é preciso que os tenha precedido lei — lei feita pelo Congresso Nacional, com a sanção de Presidente da República — e tal lei não haja deixado arbitrio ao Poder Executivo. A lei é a lei que autoriza a emissão, fora do orçamento, ou, por força do art. 73, § 1º, II, da Constituição de 1964, a regra jurídica autorizativa de emissão inserida no orçamento, se para cobrir "deficit" orçamentário. Não se pode invocar o art. 73, § 1º, II, da Constituição de 1946, a regra jurídica autorizativa de emissão inserida no orçamento, se para cobrir "deficit" orçamentário. Não se pode invocar

o art. 73, § 1º, II, da Constituição de 1946, se a emissão não é para cobrir o "deficit". Porque a regra jurídica autorizativa de emissão somente é de permitir-se inserir no orçamento se o é como "modo de cobrir o deficit".

Quanto ao veto à expressão do art. 57, é decorrência natural da impugnação do parágrafo único do artigo 3º.

II) o § 2º do art. 6º:

Razões:

As vinculações específicas da Receita, no tocante ao Orçamento Federal, atingem cerca de 42% do total. Tais vinculações já estão regidas, quer por princípios constitucionais, quer por normas estabelecidas em leis especiais. Não há por que alterar a sistemática vigente, procurando-se adotar, apenas, como base de cálculo das notações a apuração do balanço do exercício anterior, tanto mais que, na prevalência do critério proposto, ocorrerão drásticas reduções nas verbas destinadas, principalmente a investimentos ligados a planos de desenvolvimento regional e a outros setores relevantes e estratégicos da economia nacional. Essas reduções serão ainda mais agravadas, em termos reais, se se considera o não ajustamento, em moeda corrente, das vinculações da receita à taxa de inflação, não a vigorante em exercício anterior, mas sim, aquela prevista para o ano em que se formula a proposta orçamentária.

III) os arts. 9º e 10:

Razões:

Os conceitos de tributo, imposto, taxa e contribuição de melhoria constituem matéria do projeto de Código Tributário Nacional, apresentado pelo Executivo (Projeto da Câmara número 4.334-A, de 1955). Tais conceitos assumem ímpar relevância, por suas consequências práticas sobre a validade das contribuições compulsórias da União, Estados ou Municípios, em especial quanto às figuras não expressamente enumeradas na discriminação constitucional de rendas.

As definições vetadas divergem parcialmente das constantes daquele projeto de Código. E não satisfazem, por não serem abrangentes de certos tributos, tais como os destinados a atender a atividades especiais da administração (o imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos, por exemplo) e os de finalidade extrafiscal.

IV) no art. 14, a expressão "subordinados ao mesmo órgão ou repartição".

Razões:

A negativa de sanção se prende ao afluxo de dúvida sem conta e justificáveis surgidas em assuntos de organização. Na ordenação dos orçamentos, em que a liberdade de composição, em virtude da dinâmica do processo, deve estar limitada pelos interesses da Administração e com vistas aos propósitos econômicos e sociais, todas essas altas finalidades ficariam tolhidas por não se comportarem em estruturas desatualizadas ou em vias de edificação.

Entendo ser ponderável o volume de discrepâncias criado pela conceitualização, principalmente pelo regime de submissão das dotações ao mesmo órgão ou repartição, quando se tratar de recursos para despesas, às quais não corresponda contraprestação de bens ou serviços, inclusive subsídios de toda a natureza destinados a manutenção de outras entidades de direito público ou privado, por exemplo,

às cotas pertencentes aos Municípios no imposto de renda e no imposto de consumo.

V) no art. 15, as palavras entre vírgulas — "no mínimo" e todo o § 1º.

Razões:

A redação do art. 15 e o disposto no seu § 1º concorrem decisivamente para o desvirtuamento de outras normas sobre a estrutura e funções da lei de orçamento.

Colocado em plano inferior o sentido programático, e evidenciando apenas os desdobramentos, meras fases, o acessório passa à condição de essencial. Seria homologar processo complementar, posto à margem pela maioria das nações. Conduzida a mensuração das metas visadas em termos de unidade de trabalho para cada atividade cometida ao setor público, caso a discriminação da despesa, na lei, se faça no mínimo, por elementos; e conceituando como elementos os desdobramentos da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios, os vetados dispositivos induziriam à aprovação de leis orçamentárias excessivamente discriminativas, com todas as inconveniências comprovadas, a sociedade, pela experiência universal.

Prevenindo-se contra possível inobservância das normas de captação da despesa na fase de execução, os controles interno e externo, sem prejuízo da ação do Tribunal de Contas ou órgão equivalente, auxiliados pela contabilidade, ensinarão, evitadas a diluição gerada pela excessiva pormenorização das verbas e, em certos aspectos, eliminado o desperdício de dinheiros públicos, a visão do conjunto é o consequente cumprimento do programa de trabalho.

Portanto, a concentração de recursos em uma única rubrica, por exemplo a de Material Permanente, permitirá o estabelecimento de critérios de preferência, sem ferir qualquer regra constitucional, segundo as necessidades e disponibilidades em confronto com a variação dos preços do mercado.

Outrossim, não ocorrerá o que agora acontece, quando as dotações concedidas tornam-se insuficientes para fins especificados e ficam sem aplicação por não poderem ser grupadas para satisfazer pelo menos um ou alguns dos itens dos programas elaborados.

Desse modo, entendendo não se ter caracterizado a presente lei apenas sob o prisma de diploma legal de consolidação de dispositivos vigentes, porém com múltiplas facetas em que ultrapassa os limites do processo atual, inovando para adotar os poderes competentes de instrumento de administração e controle razoável para condicionamento dos problemas a solucionar e coordenação de sua atividade financeira.

Partindo dessa concepção e do fato de existir esquema (art. 13 e anexos, 3 e 4) para a classificação da receita e da despesa, sem qualquer quebra do princípio constitucional da especialização, decidi-me pela impugnação dos dispositivos acima mencionados.

VI) o art. 43 e todos os seus parágrafos e a expressão "obediência às disposições do art. 43" do art. 7º, I.

Razões:

A despeito da tenaz luta encetada desde alguns decênios pelo setor público em matéria financeira, nas suas três esferas de governo, poucas vezes este apresentou orçamento equilibrado, visto serem normalmente superados os incrementos de arrecadação pela desproporcionalidade da contrapartida dos gastos públicos.

Portanto, condicionar-se como disponibilidades para novas despesas os

prováveis excessos de arrecadação em exercícios marcados pelo deficit, sem qualquer inclinação, por ora, para o equilíbrio, constituiria fuga à realidade financeira.

Saliente-se ainda a irreidade e o artificialismo no tocante às estimativas da receita, a que poderá ser levada a administração financeira caso admita algumas definições compreendidas nos parágrafos do dispositivo vetado.

Quanto ao veto da expressão "obediência às disposições do art. 43" no inciso I do art. 7º é decorrência natural da impugnação do art. 43 e seus parágrafos.

VII) o § 1º, do art. 55.

Razões:

Ocorre evidente inconveniência técnica em fixar-se em lei de caráter geral e aplicável às três esferas de governo, as características formais dos recibos de arrecadação.

Trata-se de matéria de caráter nitidamente regulamentar, que não convém cristalizar-se em texto legal, especialmente pela circunstância de tentar disciplinar matéria sujeita aos mais dinâmicos progressos tecnológicos no campo de mecanização de serviços.

VIII) no art. 58, a expressão "ou não".

Razões:

A obrigação de pagamento, decorrente do empenho de despesa, depende, sempre, de cumprimento ou condição. Dispor contrariamente, como faz o dispositivo, por isso parcialmente vetado, constituiria erro técnico substancial, capaz, entre outras consequências, de induzir terceiros em outros erros, particularmente quanto à negociabilidade da "nota de empenho".

Estando a nota de empenho revestida dos requisitos da regularidade, é pacífico, portanto, o cumprimento ou a condição. Inferir-se ser a alternativa inoportuna e descabida.

IX) o parágrafo único do art. 64.

Razões:

Em seus arts. 83 e 100, a Lei acertadamente estabelece rigorosos preceitos tendentes a assegurar o completo controle da administração pública, inclusive, em relação às operações extra-orçamentárias. Constituiria, porém, sério inconveniente determinar-se que as ordens de pagamento somente poderiam expedir-se em documentos previamente processados pelos serviços de contabilidade. Circunstâncias ocorrerem em que a ordem de pagamento não pode aguardar, sem grave prejuízo para os serviços, o controle contábil antecipado. A rigidez da norma cria dependência anti-econômica e insustentável para a maioria dos serviços existentes de âmbito federal, estadual e municipal.

X) a parte final "nem a responsabilidade por dois adiantamentos" do art. 69.

Razões:

O preceito ora vetado consta da legislação federal vigente, mas já não prevalece em alguns estados. Relativamente numerosos serviços da União tornou-se um empecilho artificial, sem fundamento válido.

Com efeito tal preceito não constitui garantia efetiva contra as malversações, pois, se a um só responsável permite conceder um ou dois adiantamentos, sem qualquer limite, não permite conceder mais de dois, embora todos de valor insignificante.

Numerosos órgãos, sobretudo federais, vêm forçados a operar normalmente sob o regime de adianta-

mentos, em face da natureza dos próprios serviços e das condições das áreas do interior onde devem atuar. E não dispõem, geralmente, de grande número de servidores capazes de administrar adiantamentos. Nessas condições, tais órgãos teriam seu funcionamento facilitado se a um mesmo responsável pudessem simultaneamente conceder mais de dois adiantamentos. Esta solução viria permitir, inclusive, maior discriminação dos recursos destinados a programas especiais, em lugar das usuais dotações para "Despesa de qualquer natureza", que dificultam a análise e vêm propiciando abusos.

O servidor que não presta contas do adiantamento no prazo legal considera-se em alcance. Bastará, no interesse da administração, manter-se este preceito, contido na primeira parte do art. 69, vetada a parte final do dispositivo.

XI) o art. 98.

Razões:

A conceituação de dívida fundada deverá fazer-se em outra lei, relativa ao crédito público, e da qual já existe projeto em curso no Congresso.

Ademais, a dívida fundada ou consolidada não se caracteriza apenas pelo prazo de resgate, mas também pela natureza dos títulos que a representam, e que são, tradicional e legalmente, as apólices da Dívida Pública e as obrigações do Tesouro, para cuja emissão ora se exige autorização legislativa, tanto na União como nos Estados e Municípios.

De outro lado, a emissão de Letras do Tesouro, a prazo inferior a doze meses, tem-se revelado recurso de acentuado valor prático, para atender a insuficiência de tesouraria, inclusive as decorrentes de déficits de execução orçamentária. Não convém, portanto, caracterizar a dívida fundada como a de exigibilidade superior a doze meses. Não convém, tampouco, como faz o dispositivo vetado, conceituá-la com base nesse critério de exigibilidade, aliado às finalidades de atender a desequilíbrios orçamentários ou a financiamentos de obras ou serviços públicos. Essa conceituação excluiria, por exemplo, o lançamento de empréstimos fundados que visassem ao financiamento de guerra ou a simples consolidação da dívida anterior.

São estas as razões que me levaram a impugnar, em parte, o projeto de que se trata, as quais ora submeto à elevada consideração dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 17 de março de 1964. — João Goulart.

O Congresso Nacional decreta:

Disposição Preliminar

Art. 1º Esta lei estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5º, inciso XV, letra b, da Constituição Federal.

TÍTULO I

DA LEI DE ORÇAMENTO

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 2º A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecendo os princípios de unidade, universalidade e anualidade.

§ 1º. Integrarão a Lei de Orçamento:

I — Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;

II — Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Cate-

gorias Econômicas, na forma do Anexo nº 1;

III — Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;

IV — Quadro das dotações por órgãos do Governo e da administração. § 2º Acompanharão a Lei de Orçamento:

I — Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

II — Quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos ns. 6 a 9;

III — Quadro, demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

Art. 3º A Lei de Orçamento compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.

Parágrafo único. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação de receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.

Art. 4º A Lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que por intermédio deles se devam realizar, observado o disposto no artigo 2º.

Art. 5º A Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indistintamente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras ressalvado o disposto no artigo 20 e seu parágrafo único.

Art. 6º Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento por seus totais, vedadas quaisquer deduções.

§ 1º As cotas de receitas que uma entidade pública deva transferir a outra incluir-se-ão, como despesa no orçamento da entidade obrigada a transferência e, como receita, no orçamento da que as deva receber.

§ 2º Para cumprimento do disposto no parágrafo anterior, o cálculo das cotas terá por base os dados apurados no balanço do exercício anterior àquele em que se elaborar a proposta orçamentária do Governo obrigada a transferência.

Art. 7º A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para:

I — Abrir créditos suplementares até determinada importância, obedecidas as disposições do artigo 43.

II — Realizar em qualquer mês do exercício financeiro operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiências de caixa.

§ 1º Em casos de déficit, a Lei de Orçamento indicará as fontes de recursos que o Poder Executivo fica autorizado a utilizar para atender à sua cobertura.

§ 2º O produto estimado de operações de crédito e de alienação de bens imóveis somente se incluirá na receita quando umas e outras forem especificamente autorizadas pelo Poder Legislativo em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las no exercício.

§ 3º A autorização legislativa a que se refere o parágrafo anterior, no tocante a operações de crédito, poderá constar da própria Lei de Orçamento.

Art. 8º A discriminação da receita geral e da despesa de cada órgão do Governo ou unidade administrativa, a que se refere o artigo 2º, § 1º, incisos III e IV, obedecerá à forma de Anexo nº 2.

§ 1º Os itens da discriminação da receita e da despesa, mencionados nos artigos 11, § 4º, e 13, serão identificados por números de código decimal, na forma dos Anexos ns. 3 e 4.

§ 2º Completarão os números do código decimal referido no parágrafo anterior os algarismos caracterizadores da classificação funcional da despesa, conforme estabelece o Anexo nº 5.

§ 3º O código geral estabelecido nesta lei não prejudicará a adoção de códigos locais.

CAPÍTULO II

DA RECEITA

Art. 9º Tributo é a receita derivada, instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.

Art. 10. A designação de imposto fica reservada para os tributos destinados a atender indistintamente às necessidades de ordem geral da administração pública, e a de taxa para os exigidos como remuneração de serviços específicos prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição, ou ainda para as contribuições destinadas ao custeio de atividades especiais da administração pública, provocadas por conveniências de caráter geral ou de determinados grupos de pessoas.

Art. 11. A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.

§ 1º São Receitas Correntes as receitas tributária, patrimonial, industrial e diversas e, ainda as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

§ 2º São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.

§ 3º O superávit do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, apurado na demonstração a que se refere o Anexo nº 1, não constituirá item da receita orçamentária.

§ 4º A classificação da receita por fontes obedecerá ao seguinte esquema:

RECETAS CORRENTES

Receita Tributária

Impostos
Taxas
Contribuições de Melhoria

Receita Patrimonial

Receitas Imobiliárias
Receitas de Valores Mobiliários
Participações e Dividendos
Outras Receitas Patrimoniais

Receita Industrial

Receita de Serviços Industriais
Outras Receitas Industriais

Transferências Correntes Receitas Diversas

Multas
Contribuições
Cobrança da Dívida Ativa
Outras Receitas Diversas

RECETAS DE CAPITAL

Operações de Crédito
Alienação de Bens Móveis e Imóveis
Amortização de Empréstimos Concedidos
Transferências de Capital
Outras Receitas de Capital

CAPÍTULO III

DA DESPESA

Art. 12. A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas:

DESPESAS CORRENTES

Despesas de Custeio
Transferências Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos
Inversões Financeiras
Transferências de Capital

§ 1º Classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

§ 2º Classificam-se como Transferências Correntes as dotações para despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

§ 3º Consideram-se subvenções, para os efeitos desta lei, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como:

I — subvenções sociais, as que se destinem a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa;

II — subvenções econômicas, as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril.

§ 4º Classificam-se como Investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

§ 5º Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações destinadas a:

I — aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização;

II — aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital;

III — constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.

§ 6º São Transferências de Capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especial anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.

Art. 13. Observadas as categorias econômicas do art. 12, a discriminação ou especificação da despesa por elementos, em cada unidade administrativa ou órgão de governo, obedecerá ao seguinte esquema:

DESPESAS CORRENTES

Despesas de Custeio

Pessoal Civil
Pessoal Militar
Material de Consumo
Serviços de Terceiros
Encargos Diversos

Transferências Correntes

Subvenções Sociais
Subvenções Econômicas
Inativos
Pensionistas

Salário Família e Abono Familiar
Juros da Dívida Pública
Contribuições de Previdência Social
Diversas Transferências Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Obras Públicas
Serviços em Regime de Programação Especial
Equipamentos e Instalações
Material Permanente
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais ou Agrícolas.

Inversões Financeiras

Aquisição de Imóveis
Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras
Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresas em Funcionamento
Constituição de Fundos Rotativos
Concessão de Empréstimos
Diversas Inversões Financeiras.

Transferências de Capital

Amortização da Dívida Pública
Auxílios para Obras Públicas
Auxílios para Equipamentos e Instalações
Auxílios para Inversões Financeiras
Outras Contribuições.

Art. 14. Constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, serão consignadas dotações a unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão.

Art. 15. Na Lei de Orçamento a discriminação da despesa far-se-á, no mínimo, por elementos.

§ 1º Entende-se por elementos o desdobramento da despesa com pessoal, material, serviços, obras e outros meios de que se serve a administração pública para consecução dos seus fins.

§ 2º Para efeito de classificação da despesa, considera-se material permanente o de duração superior a dois anos.

Seção I

Das Despesas Correntes

Subseção única

Das Transferências Correntes

I — Das Subvenções Sociais.

Art. 16. Fundamentalmente e nos limites das possibilidades financeiras, a concessão de subvenções sociais visa à prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada aplicados a esses objetivos revelar-se mais econômica.

Parágrafo único. O valor das subvenções, sempre que possível, será calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados, obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados.

Art. 17. Somente à instituição cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos oficiais de fiscalização serão concedidas subvenções.

II — Das Subvenções Econômicas

Art. 18. A cobertura dos déficits de manutenção das empresas públicas, de natureza autárquica ou não, far-se-á mediante subvenções econômicas, expressamente incluídas nas despesas correntes do Orçamento da União, do Estado, do Município ou do Distrito Federal.

Parágrafo único. Consideram-se, igualmente, como subvenções econômicas:

a) as dotações destinadas a cobrir a diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo

Governo, de gêneros alimentícios ou outros materiais;

b) as dotações destinadas ao pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais.

Art. 19. A Lei de Orçamento não consignará ajuda financeira a qualquer título, a empresa de fins lucrativos, salvo quando se tratar de subvenções cuja concessão tenha sido expressamente autorizada em lei especial.

Seção II

Das Despesas de Capital

Subseção Primeira

Das Investimentos

Art. 20. Os investimentos serão discriminados na Lei de Orçamento segundo os projetos de obras e de outras aplicações.

Parágrafo único. Os programas especiais de trabalho que, por sua natureza, não possam cumprir-se subordinadamente às normas gerais de execução da despesa, poderão ser custeadas por dotações globais, classificadas entre as Despesas de Capital.

Subseção Segunda

Das Transferências de Capital

Art. 21. A Lei de Orçamento não consignará auxílio para investimentos que se devam incorporar ao patrimônio das empresas privadas de fins lucrativos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se às transferências de capital à conta de fundos especiais ou dotações sob regime excepcional de aplicação.

TÍTULO II

Da Proposta Orçamentária

CAPÍTULO I

Conteúdo e Forma da Proposta Orçamentária

Art. 22. A proposta orçamentária, que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo nos prazos estabelecidos nas Constituições e nas Leis Orgânicas dos Municípios, compor-se-á de:

I — Mensagem, que conterá: exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; exposição e justificativa da política econômico-financeira do Governo; justificativa da receita e despesa, particularmente no tocante ao orçamento de capital.

II — Projeto de Lei de Orçamento.

III — Tabelas explicativas das quais, além das estimativas de receita e despesa, constarão, em colunas distintas e para fins de comparação:

a) a receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta;
b) a receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;
c) a receita prevista para o exercício a que se refere a proposta;
d) a despesa realizada no exercício imediatamente anterior;
e) a despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta;
f) a despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta;

IV — Especificação dos programas especiais de trabalho custeados por dotações globais, em termos de metas visadas, decompostas, em estimativa do custo das obras a realizar e dos serviços a prestar, acompanhadas de justificativa econômica, financeira, social e administrativa.

Parágrafo único. Constará da proposta orçamentária, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

CAPÍTULO II

DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

Seção Primeira

Das Previsões Plurianais

Art. 23. As receitas e despesas de capital serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, aprovado por decreto do Poder Executivo, abrangendo, no mínimo, um triênio.

Parágrafo único. O Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital será anualmente reajustado acrescentando-se-lhe as previsões de mais um ano, de modo a assegurar a projeção contínua dos períodos.

Art. 24. O Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital abrangerá:

I — as despesas e, como couber, também as receitas previstas em planos especiais aprovados em lei e destinados a atender a regiões ou a setores da administração ou da economia;

II — as despesas à conta de fundos especiais e, como couber, as receitas que os constituam;

III — em anexos, as despesas de capital das entidades referidas no Título X desta lei, com indicação das respectivas receitas, para as quais forem previstas transferências de capital.

Art. 25. Os programas constantes do Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, sempre que possível, serão correlacionados a metas objetivas em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

Parágrafo único. Consideram-se metas os resultados que se pretendem obter com a realização de cada programa.

Art. 26. A proposta orçamentária conterá o programa anual atualizado dos investimentos, inversões financeiras e transferências previstos no Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital.

Seção Segunda

Das Previsões Anuais

Art. 27. As propostas parciais de orçamento guardarão estrita conformidade com a política econômico-financeira, o programa anual de trabalho do Governo e, quando fixado, o limite global máximo para o orçamento de cada unidade administrativa.

Art. 28. As propostas parciais das unidades administrativas, organizadas em formulário próprio, serão acompanhadas de:

I — tabelas explicativas da despesa, sob a forma estabelecida no artigo 22, inciso III, letras "d", "e" e "f";

II — justificativa pormenorizada de cada dotação solicitada, com a indicação dos atos de aprovação de projetos e orçamentos de obras públicas, para cujo início ou prosseguimento ela se destina.

Art. 29. Caberá aos órgãos de contabilidade ou de arrecadação organizar demonstrações mensais da receita arrecadada, segundo as rubricas, para servirem de base à estimativa da receita, na proposta orçamentária.

Parágrafo único. Quando houver órgão central de orçamento, essas demonstrações serão remetidas mensalmente.

Art. 30. A estimativa da receita terá por base as demonstrações a que se refere o artigo anterior; a arrecadação dos três últimos exercícios; pelo menos, bem como as circunstâncias de ordem conjuntural e outras que possam afetar a produtividade de cada fonte de receita.

Art. 31. As propostas orçamentárias parciais serão revistas e coordenadas

na proposta geral, considerando-se a receita estimada e as novas circunstâncias.

TÍTULO III

Da elaboração da Lei de Orçamento

Art. 32. Se não receber a proposta orçamentária no prazo fixado nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios, o Poder Legislativo considerará como proposta a Lei de Orçamento vigente.

Art. 33. Não se admitirão emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem a:

a) alterar a dotação solicitada para despesa de custeio, salvo quando provada, nesse ponto, a inexistência da proposta;

b) conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes;

c) conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado;

d) conceder dotação superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.

TÍTULO IV

Do Exercício Financeiro

Art. 34. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I — as receitas nele arrecadadas;

II — as despesas nele legalmente empenhadas.

Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.

Parágrafo único. Os empenhos que correm à conta de créditos com vigência plurianual, que não tenham sido liquidados, só serão computados como Restos a Pagar no último ano de vigência do crédito.

Art. 37. As despesas de exercícios encerrados para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria; bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elementos, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica.

Art. 38. Reverte à dotação a importância de despesa anulada no exercício; quando a anulação ocorrer após o encerramento deste considerase-a receita do ano em que se efetivar.

Art. 39. As importâncias relativas a tributos, multas e créditos da Fazenda Pública, lançados, mas não cobrados ou não recolhidos no exercício de origem, constituem Dívida Ativa a partir da data da sua inscrição.

Parágrafo único. As importâncias dos tributos e demais rendas não sujeitas a lançamentos ou não lançadas, serão escrituradas como receita do exercício em que forem arrecadadas, nas respectivas rubricas orçamentárias, desde que até o ato do recebimento não tenham sido inscritas como Dívida Ativa.

TÍTULO V

DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

Art. 40. São créditos adicionais as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I — suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II — especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III — extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos, para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I — O superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

II — os provenientes de excesso de arrecadação;

III — Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei;

IV — o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva, entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

§ 3º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins deste artigo, o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício.

§ 4º Para o fim de apurar os recursos utilizáveis, provenientes de excesso de arrecadação, deduzir-se-á a importância dos créditos extraordinários abertos no exercício.

Art. 44. Os créditos extraordinários serão abertos por decreto do Poder Executivo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Legislativo.

Art. 45. Os créditos adicionais terão vigência admitida ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.

TÍTULO VI

DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

CAPÍTULO I

Da Programação da Despesa

Art. 47. Imediatamente após a promulgação da Lei de Orçamento e com base nos limites nela fixados, o Poder Executivo aprovará um quadro de cotas trimestrais da despesa que cada unidade orçamentária fica autorizada a utilizar.

Art. 48. A fixação das cotas a que se refere o artigo anterior atenderá aos seguintes objetivos:

a) assegurar as unidades orçamentárias, em tempo útil, a soma de recursos necessários e suficientes a melhor execução do seu programa anual de trabalho.

b) manter, durante o exercício, na medida do possível o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, de modo a reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria.

Art. 49. A programação da despesa orçamentária, para efeito do disposto no artigo anterior, levará em conta

os créditos adicionais e as operações extra-orçamentárias.

Art. 50. As cotas trimestrais poderão ser alteradas durante o exercício observados o limite da dotação e o comportamento da execução orçamentária.

CAPÍTULO II

Da Receita

Art. 51. Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça; nenhum será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária, ressalvados a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra.

Art. 52. São objeto de lançamento os impostos diretos e quaisquer outras rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato.

Art. 53. O lançamento da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que me é devedora e inscreve o débito desta.

Art. 54. Não será admitida a compensação da obrigação de recolher rendas ou receitas com direito creditório contra a Fazenda Pública.

Art. 55. Os agentes da arrecadação devem fornecer recibos das importâncias que arrecadarem.

§ 1º Os recibos devem conter o nome da pessoa que paga, a soma arrecadada, proveniência e classificação, bem como a data e assinatura do agente arrecadador.

§ 2º Os recibos serão fornecidos em uma única via.

Art. 56. O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas espaciais.

Art. 57. Ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 3º desta lei, serão classificados como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no orçamento.

CAPÍTULO III

Da Despesa

Art. 58. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Art. 59. O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.

Art. 60. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

§ 1º Em casos especiais previstos na legislação específica, será dispensada a emissão da nota de empenho.

§ 2º Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.

§ 3º É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.

Art. 61. Para cada empenho será extraído um documento denominado "nota de empenho" que indicará o nome do credor, a especificação e a importância da despesa, bem como o dedução desta do saldo da dotação própria.

Art. 62. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os

títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I — a origem e o objeto do que se deve pagar;

II — a importância exata a pagar;

III — a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I — o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II — a nota de empenho;

III — os comprovantes da entrega do material ou da prestação efetiva do serviço.

Art. 64. A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.

Parágrafo único. A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade.

Art. 65. O pagamento da despesa será efetuado por tesouraria ou pagadoria regularmente instituídas por estabelecimentos bancários credenciados e, em casos excepcionais, por meio de adiantamento.

Art. 66. As dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias poderão, quando expressamente determinado na Lei de Orçamento, ser movimentadas por órgãos centrais de administração geral.

Parágrafo único. É permitida a redistribuição de parcelas das dotações de pessoal, de uma para outra unidade orçamentária, quando considerada indispensável à movimentação de pessoal, dentro das tabelas ou quadros comuns às unidades interessadas, e que se realize em obediência à legislação específica.

Art. 67. Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, sendo proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim.

Art. 68. O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Art. 69. Não se fará adiantamento a servidor em alcance (Vetado).

Art. 70. A aquisição de material, o fornecimento e a adjudicação de obras e serviços serão regulados em lei, respeitado o princípio da concorrência.

TÍTULO VII

DOS FUNOS ESPECIAIS

Artigo 71. Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que, por lei, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adição de normas peculiares de aplicação.

Artigo 72. A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais far-se-á através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais.

Artigo 73. Salvo determinação em contrário da lei que o instituiu o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

Artigo 74. A lei que instituir fundo especial poderá determinar normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas, sem, de qualquer modo, elidir a competência específica do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

TÍTULO VIII

DO CONTRÔLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 75. O Controle da execução orçamentária compreenderá:

I — a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações;

II — a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos;

III — o cumprimento do programa de trabalho, expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

CAPÍTULO II

Do Controle Interno

Artigo 76. O Poder Executivo exercerá os três tipos de controle a que se refere o artigo 75, sem prejuízo das atribuições do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

Artigo 77. A verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária será prévia, concomitante e subsequente.

Artigo 78. Além da prestação de tomada de contas anual, quando instituída em lei, ou por fim de gestão, poderá haver, a qualquer tempo, levantamento, prestação ou tomada de contas de todos os responsáveis por bens ou valores públicos.

Artigo 79. Ao órgão incumbido da elaboração da proposta orçamentária, ou a outro indicado na legislação, caberá o controle estabelecido no inciso III do artigo 75.

Parágrafo único. Esse controle far-se-á, quando for o caso, em termos de unidades de medida, previamente estabelecidas para cada atividade.

Artigo 80. Compete aos serviços de contabilidade ou órgãos equivalentes verificar a exata observância dos limites das cotas trimestrais atribuídas a cada unidade orçamentária, dentro do sistema que for instituído para esse fim.

CAPÍTULO III

DO CONTRÔLE EXTERNO

Art. 81. O controle da execução orçamentária, pelo Poder Legislativo, terá por objetivo verificar a proibição da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento.

Art. 82. O Poder Executivo, anualmente, prestará contas ao Poder Legislativo, no prazo estabelecido nas Constituições ou nas Leis orgânicas dos Municípios.

§ 1º As contas do Poder Executivo serão submetidas ao Poder Legislativo, com parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

§ 2º Quando, no Município, não houver Tribunal de Contas ou órgão equivalente, a Câmara de Vereadores poderá designar peritos contadores para verificarem as contas do prefeito e sobre elas emitirem parecer.

TÍTULO IX

DA CONTABILIDADE

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 23. A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos os quantos, de qualquer modo, arrecadarem receitas, efetuarem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados.

Art. 84. Ressalvada a competência do Tribunal de Contas ou órgão equivalente, a tomada de contas dos agentes responsáveis por bens ou dinheiros públicos será realizada ou superintendida pelos serviços de contabilidade.

Art. 85. Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Art. 86. A escrituração sintética das operações financeiras e patrimoniais efetuar-se-á pelo método das partidas dobradas.

Art. 87. Haverá controle contábil dos direitos e obrigações oriundos de ajustes ou contratos em que a administração pública far parte.

Art. 88. Os débitos e créditos serão escriturados com individualização do devedor ou do credor, especificação da natureza, importância e data do vencimento, quando fixada.

Art. 89. A contabilidade evidenciará os fatos ligados à administração orçamentária, financeira, patrimonial e industrial.

CAPÍTULO II

Da Contabilidade Orçamentária e Financeira

Art. 90. A contabilidade deverá evidenciar, em seus registros, o montante dos créditos orçamentários vigentes, a despesa empenhada e a despesa realizada, a conta dos mesmos créditos, e as dotações disponíveis.

Art. 91. O registro contábil da receita e da despesa far-se-á de acordo com as especificações constantes da Lei de Orçamento e dos créditos adicionais.

Art. 92. A dívida flutuante compreende:

- I — os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;
- II — os serviços da dívida a pagar;
- III — os depósitos;
- IV — os débitos de tesouraria.

Parágrafo único. O registro dos restos a pagar far-se-á por exercício e por credor distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.

Art. 93. Todas as operações de que resultem débito e créditos de natureza financeira, não compreendidas na execução orçamentária, serão também objeto de registro, individualização e controle contábil.

CAPÍTULO III

Da Contabilidade Patrimonial e Industrial

Art. 94. Haverá registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração.

Art. 95. A contabilidade manterá registros sintéticos dos bens móveis e imóveis.

Art. 96. O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da

escrituração sintética na contabilidade.

Art. 97. Para fins orçamentários e determinação dos devedores, far-se-á o registro contábil das receitas patrimoniais, fiscalizando-se sua efetivação.

Art. 98. A dívida fundada compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financiamento de obras e serviços públicos.

Parágrafo único. A dívida fundada será escriturada com individualização e especificações que permitam verificar, a qualquer momento, a posição dos empréstimos, bem como os respectivos serviços de amortização e juros.

Art. 99. Os serviços públicos industriais ainda que não organizados como empresa pública ou autarquia, manterão contabilidade especial para determinação dos custos, ingressos e resultados, sem prejuízo da escrituração patrimonial e financeira comum.

Art. 100. As alterações da situação líquida patrimonial, que abrangem os resultados da execução orçamentária, bem como as variações independentes dessa execução e as subveniências e insubsistências ativas e passivas, constituirão elementos da conta patrimonial.

CAPÍTULO IV

Dos Balanços

Art. 101. Os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais, segundo os Anexos números 12, 13, 14 e 15 e os quadros demonstrativos constantes dos Anexos números 16 — 7 — 8 — 9 — 10 — 11 — 18 e 17.

Art. 102. O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Art. 103. O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Parágrafo único. Os restos a pagar do exercício serão computados na receita extra-orçamentária para compor sua inclusão na despesa orçamentária.

Art. 104. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Art. 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

- I — O Ativo Financeiro;
- II — O Ativo Permanente;
- III — O Passivo Financeiro;
- IV — O Passivo Permanente;
- V — O Saldo Patrimonial;
- VI — As Contas de Compensação.

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numéricos.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja

mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

§ 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, mediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

Art. 106. A avaliação dos elementos patrimoniais obedecerá às normas seguintes:

- I) Os débitos e créditos, bem como os títulos de renda, pelo seu valor nominal, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do balanço;
- II) os bens móveis e imóveis, pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou de construção;
- III) os bens de almoxarifado, pelo preço médio ponderado das compras.

§ 1º Os valores em espécie, assim como os débitos e créditos quando em moeda estrangeira, deverão figurar ao lado das correspondentes importâncias em moeda nacional.

§ 2º As variações resultantes da conversão dos débitos, créditos e valores em espécie serão levadas à conta patrimonial.

§ 3º Poderão ser feitas reavaliações dos bens móveis e imóveis.

TÍTULO X

Das Autarquias e Outras Entidades

Art. 107. As entidades autárquicas ou paraestatais, inclusive de previdência social ou investidas de delegação para arrecadação de contribuições parafiscais da União dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, terão seus orçamentos aprovados por decreto do Poder Executivo, salvo se disposição legal expressa determinar que o sejam pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único. Compreendem-se nesta disposição as empresas com autonomia financeira e administrativa cujo capital pertencer, integralmente, ao Poder Público.

Art. 108. Os orçamentos das entidades referidas no artigo anterior vincular-se-ão ao orçamento da União dos Estados dos Municípios e do Distrito Federal, pela inclusão:

- I) como receita, salvo disposição legal em contrário, do saldo positivo previsto entre os totais das receitas e despesas;
- II) como subvenção econômica, na receita do orçamento da beneficiária, salvo disposição legal em contrário, do saldo negativo previsto entre os totais das receitas e despesas.

§ 1º Os investimentos ou inversões financeiras da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, realizadas por intermédio das entidades aludidas no artigo anterior, serão classificadas como receita de capital despesa de transferência de capital daqueles.

§ 2º As previsões para depreciação serão computadas para efeito de purgação do saldo líquido das mencionadas entidades.

Art. 109. Os orçamentos e balanços das entidades compreendidas no artigo 107 serão publicados como complemento dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal a que estejam vinculados.

Art. 110. Os orçamentos e balanços das entidades já referidas obedecerão aos padrões e normas instituídas por esta lei, ajustados às respectivas peculiaridades.

Parágrafo único. Dentro do prazo que a legislação fixar, os balanços serão remetidos ao órgão central de contabilidade da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, para fins de incorporação dos resultados, salvo disposição legal em contrário.

TÍTULO XI

Disposições Finais

Art. 111. O Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, além de outras apurações, para fins estatísticos, de interesse nacional, organizará e publicará o balanço consolidado das contas da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, suas autarquias e outras entidades, bem como um quadro estruturalmente idêntico, baseado em dados orçamentários.

§ 1º Os quadros referidos neste artigo terão a estrutura do Anexo número 1.

§ 2º O quadro baseado nos orçamentos será publicado até o último dia do primeiro semestre do próprio exercício e o baseado nos balanços, até o último dia do segundo semestre do exercício imediato aquele a que se referirem.

Art. 112. Para cumprimento do disposto no artigo precedente, a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal remeterão ao mencionado órgão, até 30 de abril, os orçamentos do exercício, e até 30 de junho, os balanços do exercício anterior.

Parágrafo único. O pagamento, pela União, de auxílio ou contribuição a Estados, Municípios ou Distrito Federal, cuja concessão não decorra de imperativo constitucional, dependerá de prova do atendimento ao que se determina neste artigo.

Art. 113. Para fiel e uniforme aplicação das presentes normas, o Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda atenderá a consultas, coletará elementos, promoverá o intercâmbio de dados informativos, expedirá recomendações técnicas, quando solicitadas, e atualizará sempre que julgar conveniente, os anexos que integram a presente lei.

Parágrafo único. Para os fins previstos neste artigo, poderão ser promovidas, quando necessário, conferências ou reuniões técnicas, com a participação de representantes das entidades abrangidas por estas normas.

Art. 114. Os efeitos desta lei são contados a partir de 1 de janeiro de 1964.

Art. 115. Revogam-se as disposições em contrário.

Demonstração da Receita e Despesa segundo as categorias econômicas

ANEXO Nº 13

Receita	Cr\$	Cr\$	Despesa	Cr\$	Cr\$
Receitas Correntes			Despesas Correntes		
Receita Tributária			Despesas de Custeio		
Receita Patrimonial			Transferências Correntes		
Receita Industrial					
Transferências Correntes			Superavit (Se ocorrer)		
Receitas Diversas			Total		
Deficit (Se ocorrer)					
Total					
Superavit do orçamento corrente (Se for o caso)			Deficit do orçamento corrente (Se for o caso)		
Receitas de Capital			Despesas de Capital		
Alienação de Bens Móveis e Imóveis			Investimentos		
Amortização de Empréstimos Concedidos			Inversões Financeiras		
Transferências de Capital			Transferências de Capital		
Operações de Crédito:					
Autorizadas (ou realizadas)			Superavit (do orçamento ou sua execução)		
Para cobertura do Deficit			Total		
Total					

RESUMO

	Receitas	Despesas
Receitas e Despesas Correntes		
Receitas e Despesas de Capital		
Superavit (ou Deficit)		
Totais		

ANEXO Nº 31

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

0.0.0.00	Receitas Correntes
0.1.0.00	Receita Tributária
0.1.1.00	Impostos
0.1.1.11	Imposto de Importação e afins.
0.1.1.12	Imposto de Consumo
0.1.1.13	Imposto de Renda
0.1.1.14	Imposto de Selo e afins.
0.1.1.15	Imposto Único s/Energia Elétrica
0.1.1.16	Imposto Único s/Combustíveis e Lubrificantes
0.1.1.17	Imposto s/Minérios
0.1.1.18	Imposto s/Transmissão de Propriedade
0.1.1.19	Imposto s/Vendas e Consignações
0.1.1.20	Imposto s/Exportação
0.1.1.21	Imposto Territorial
0.1.1.22	Imposto s/Transmissão de Propriedade
0.1.1.23	Imposto Predial
0.1.1.24	Imposto de Licença
0.1.1.25	Imposto s/Indústrias e Profissões
0.1.1.26	Imposto s/Diversões Públicas
0.1.1.99	Outros impostos
0.1.2.00	Taxas
0.1.2.11	Taxas de Estatística
0.1.2.12	Taxas de Expediente e emolumentos
0.1.2.13	Taxas e Custas Judiciais
0.1.2.14	Taxas de Segurança Pública
0.1.2.15	Taxas de Serviços de Trânsito
0.1.2.16	Taxas de Assistência Social
0.1.2.17	Taxas Rodoviárias
0.1.2.18	Taxas de Pedágio
0.1.2.19	Taxas de Limpeza Pública
0.1.2.20	Taxas de Saneamento
0.1.2.21	Taxas de Aferição de Pesos e Medidas
0.1.2.22	Taxas de Viação
0.1.2.23	Taxas de Defesa Sanitária, Vegetal e Animal
0.1.2.24	Taxas de Fiscalização e Classificação de Produtos
0.1.2.25	Taxas de Previdência Social
0.1.2.26	Taxas de Defesa e Fomento da Produção
0.1.2.27	Taxas de Serviços Diversos
0.1.2.99	Outras taxas
0.1.3.00	Contribuições de Melhoria
0.2.0.00	Receita Patrimonial
0.2.1.00	Receitas Imobiliárias
0.2.2.00	Receitas de Valores Mobiliários
0.2.3.00	Participações e Dividendos
0.2.4.00	Outras Receitas Patrimoniais
0.3.0.00	Receita Industrial
0.3.1.00	Receitas de Empresas Públicas
0.3.2.00	Receitas de Serviços Públicos
0.4.0.00	Transferências Correntes
0.4.1.00	Cota-parte do Imposto de Renda
0.4.2.00	Cota-parte do Imposto de Consumo
0.4.3.00	Cota-parte do Imposto Estadual
0.4.4.00	Cota-parte dos Impostos Concorrentes
0.4.5.00	Cota-parte do Imposto s/Combustíveis e Lubrificantes
0.4.6.00	Cota-parte do Imposto s/Minérios
0.4.7.00	Cota-parte do Imposto s/Energia Elétrica
0.4.8.00	Contribuições da União
0.4.9.00	Contribuições dos Estados
0.4.10.00	Contribuições dos Municípios
0.4.11.00	Contribuições Diversas
0.5.0.00	Receitas Diversas
0.5.1.00	Multas
0.5.2.00	Cobrança da Dívida Ativa
0.5.3.00	Indenizações e Restituições
0.5.4.00	Outras Receitas Diversas
0.6.0.00	RECEITAS DE CAPITAL
0.6.1.00	Operações de Crédito
0.6.2.00	Alienação de Bens Móveis e Imóveis
0.6.3.00	Amortização de Empréstimos Concedidos
0.6.4.00	Transferências de Capital
0.6.4.1.00	Auxílio da União
0.6.4.2.00	Auxílio dos Estados
0.6.4.3.00	Auxílio dos Municípios
0.6.4.4.00	Auxílio Diversos
0.6.5.0.00	Outras Receitas de Capital

(ANEXO Nº 4)

DESPESA ORÇAMENTÁRIA

PELAS CATEGORIAS ECONÔMICAS

0.6.0.0	DESPESAS CORRENTES:
0.1.0.0	Despesas de Custeio
0.1.1.0	Pessoal
0.1.1.1	Pessoal Civil
0.1.1.2	Pessoal Militar
0.1.2.0	Material de Consumo
0.1.3.0	Serviços de Terceiros
0.1.4.0	Reservas Diversas

3.1.5.0 - Despesas de Exercícios Anteriores

3.2.0.0	Transferências Correntes
3.2.1.0	Subvenções Sociais
3.2.1.1	Instituições Internacionais
3.2.1.2	Instituições Federais
3.2.1.3	Instituições Estaduais
3.2.1.4	Instituições Municipais
3.2.1.5	Instituições Privadas
3.2.2.0	Subvenções Econômicas
3.2.2.1	Empresas Federais
3.2.2.2	Empresas Estaduais
3.2.2.3	Empresas Municipais
3.2.2.4	Empresas Privadas
3.2.2.5	Sociedades de Economia Mista
3.2.3.0	Inativos
3.2.4.0	Pensionistas
3.2.5.0	Salário-Família
3.2.6.0	Abono Familiar
3.2.7.0	Juros da Dívida Pública
3.2.7.1	Fundada Interna
3.2.7.2	Fundada Externa
3.2.7.3	Flutuante
3.2.7.4	Diversas
3.2.8.0	Contribuições de Previdência Social
3.2.9.0	Diversas Transferências Correntes
3.2.9.1	Entidades Internacionais
3.2.9.2	Entidades Federais
3.2.9.3	Entidades Estaduais
3.2.9.4	Entidades Municipais
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL
4.1.0.0	Investimentos
4.1.1.0	Obras Públicas
4.1.1.1	Estudos e Projetos
4.1.1.2	Início de Obras
4.1.1.3	Proseguimento e Conclusão de Obras
4.1.1.4	Instalações e Equipamentos para Obras
4.1.1.5	Construção de Edifícios Públicos
4.1.2.0	Equipamentos e Instalações
4.1.2.1	Máquinas, motores e aparelhos
4.1.2.2	Locomotivas, automotrizas e vagões
4.1.2.3	Tratores e equipamentos rodoviários e agrícolas
4.1.2.4	Automóveis, autocaminhões e outras veículos de carga
4.1.2.5	Mecânica
4.1.2.6	Aeronaves
4.1.2.7	Embarcações
4.1.2.8	Diversos Equipamentos e Instalações
4.1.3.0	Material Permanente
4.1.4.0	Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas
4.2.0.0	Inversões Financeiras
4.2.1.0	Aquisição de Imóveis
4.2.2.0	Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras
4.2.3.0	Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresas em Funcionamento
4.2.4.0	Constituição de Fundos Rotativos
4.2.5.0	Concessão de Empréstimos
4.2.6.0	Diversas Inversões Financeiras
4.3.0.0	Transferências de Capital
4.3.1.0	Amortização de Dívida Pública
4.3.1.1	Fundada Interna
4.3.1.2	Fundada Externa
4.3.1.3	Auxílio para Obras Públicas
4.3.1.4	Entidades Federais
4.3.1.5	Entidades Estaduais
4.3.1.6	Entidades Municipais
4.3.1.7	Entidades Privadas
4.3.2.0	Auxílio para Equipamentos e Instalações
4.3.2.1	Entidades Federais
4.3.2.2	Entidades Estaduais
4.3.2.3	Entidades Municipais
4.3.2.4	Entidades Privadas
4.3.3.0	Auxílio para Inversões Financeiras
4.3.3.1	Entidades Federais
4.3.3.2	Entidades Estaduais
4.3.3.3	Entidades Municipais
4.3.3.4	Entidades Privadas
4.3.4.0	Contribuições Diversas
4.3.4.1	Entidades Federais
4.3.4.2	Entidades Estaduais
4.3.4.3	Entidades Municipais
4.3.4.4	Entidades Privadas
4.3.5.0	Contribuições Diversas
4.3.5.1	Entidades Federais
4.3.5.2	Entidades Estaduais
4.3.5.3	Entidades Municipais
4.3.5.4	Entidades Privadas

DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÃO

0 - Governo e Administração Geral

0 - Administração

- 2 - Poder Judiciário
- 3 - Poder Executivo
- 4 - Defesa Nacional
- 5 - Polícia e Segurança
- 6 - Relações Exteriores
- 7 - Planejamento, Pesquisa e Assistência Técnica
- 8 - Serviços Geográficos e Estatísticos
- 9 - Diversos

1 - Encargos Gerais

- 0 - Administração
- 1 - Dívida Fundada Interna
- 2 - Dívida Fundada Externa
- 3 - Dívida Flutuante
- 4 - Financiamentos Governamentais
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 - Diversos

2 - Recursos Naturais e Agropecuário

- 0 - Administração
- 1 - Levantamento e Defesa de Recursos
- 2 - Produção Mineral e
- 3 - Produção Vegetal
- 4 - Produção Animal
- 5 - Caca e Pesca
- 6 - Imigração e Colonização
- 7 - Orientação e Pesquisa
- 8 - Mecanização
- 9 - Diversos

3 - Energia

- 0 - Administração
- 1 - Carvão
- 2 - Petróleo e Gás Natural
- 3 - Energia Elétrica
- 4 - Energia Nuclear
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 - Diversos

4 - Transportes e Comunicações

- 0 - Administração
- 1 - Transporte Ferroviário
- 2 - Transporte Rodoviário
- 3 - Transporte Aeroviário
- 4 - Transporte por Dutos
- 5 - Transporte Urbano
- 6 - Navegação Marítima e Interior
- 7 - Comunicações
- 8 -
- 9 - Diversos

5 - Indústria e Comércio

- 0 - Administração
- 1 - Indústrias Metalúrgicas
- 2 - Indústrias de Transformação de Minerais não Metálicos
- 3 - Indústria Mecânica Pesada
- 4 - Indústria Química
- 5 - Indústria de Produtos Alimentares
- 6 - Comércio Interno e Externo
- 7 - Armazéns, Silos e Frigoríficos
- 8 - Abastecimento Urbano
- 9 - Diversos

6 - Educação e Cultura

- 0 - Administração
- 1 - Ensino Primário
- 2 - Ensino Médio - Secundário
- 3 - Ensino Médio - Técnico Profissional
- 4 - Ensino Superior
- 5 - Ensino e Cultura Artísticas
- 6 - Educação Física e Desportos
- 7 - Pesquisas, Orientação e Difusão Cultural
- 8 - Patrimônio Artístico e Histórico
- 9 - Diversos

7 - Saúde

- 0 - Administração
- 1 - Assistência Médico-Hospitalar
- 2 - Assistência Médico-Ambulatorial e Consultas
- 3 - Assistência à Maternidade e à Infância
- 4 - Profilaxia de Moléstias, Infesto-Contagiosas
- 5 - Higiene
- 6 - Erradicação de Endemias
- 7 - Saneamento
- 8 - Pesquisas, Fiscalização e Educação Sanitária
- 9 - Diversos

8 - Trabalho, Previdência e Assistência Social

- 0 - Administração
- 1 - Previdência Social
- 2 - Inativos e Pensionistas
- 3 - Salário-Família e Apoio Famílias
- 4 - Assistência a Menores
- 5 - Assistência a Desvalidos e Indigentes
- 6 - Assistência a Incapazes e Deficientes
- 7 - Assistência a Silvícolas
- 8 - Proteção ao Trabalho
- 9 - Diversos

9 - Habitação e Serviços Urbanos

- 0 - Administração
- 1 - Habitação Popular
- 2 - Serviços de Água e Esgotos
- 3 - Limpeza Pública
- 4 - Iluminação Pública
- 5 - Ruas e Praças Públicas
- 6 - Parques e Jardins
- 7 - Mercados, Feiras e Matadouros
- 8 - Cemitérios
- 9 - Diversos

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA PELAS FUNÇÕES SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

Funções e Sub-Funções	Despesas Correntes Cr\$			Despesas de Capital Cr\$				Total
	Intere	Transf.	Total	Investi- mentos	Transf.	Inversões Financei- ras	Total	Geral Cr\$
		Correntes			de Capital			
Governo e Administração Geral								
Administração								
Poder Legislativo								
Poder Judiciário								
Encargos Gerais								
Administração								
Dívida Fundada Interna								
Total								

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA PELAS CATEGORIAS ECONOMICAS SEGUNDO AS FUNÇÕES

CATEGORIAS ECONOMICAS	FUNÇÕES										TOTAL GERAL Cris
	Governo e Admin. Geral	Encargos Gerais	Recursos Naturais e Agropecuária	Energia	Transportes e Comunicações	Indústria e Comércio	Educação e Cultura	Saúde	Trabalho, Previd. e Assistência Social	Habitacão e Serviços Urbanos	
DESPESAS CORRENTES											
Despesas de Custeio											
Pessoal											
Materiais											
.....											
Soma das Desp. de Custeio											
Transferências Correntes											
Subvenções Sociais											
Subvenções Econômicas											
.....											
Soma das Transf. Correntes											
Soma das Desp. Correntes											
DESPESAS DE CAPITAL											
Investimentos											
Obras Públicas											
Equip. e Instalações											
.....											
Soma dos Investimentos											
Soma das Desp. de Capital											
TOTAL											

Анекс № 35

Mapa 7

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA PELAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS SEGUNDO AS FUNÇÕES

(Anexo nº 9)

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	Governo e Admin. Geral	Encargos Gerais	Recursos Naturais e Aprovei- tamento	Energia	Trans- portes e Comuni- cações	Indústria e Comércio	Educação e Cultura	Saúde	Previd. e Assistência Social	Manuten- ção e Serviços Urbanos	TOTAL GERAL
											Cte
Subtotal											
Subtotal											
Subtotal											
Subtotal											
TOTAL											

145

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

(Anexo nº 10)

Títulos	Orçada R\$	Arrecadada Cr\$	Diferenças (Cr\$)	
			Para mais	Para menos
RECEITAS CORRENTES				
Receita Tributária				
Impostos:				
...				
...				
Taxas:				
...				
...				
Contribuição de Melhoria				
Soma				
RECEITA PATRIMONIAL				
...				
...				
Soma				
...				
...				
Soma das Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
...				
...				
Soma das Receitas de Capital				
Total				

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

(ANEXO Nº 11)

TÍTULOS	Autorizada (Orç)			Realizada Orç	Diferenças Orç
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
Órgão "A"					
(Por Categorias Econômicas)					
.....					
.....					
Soma					
Órgão "B"					
.....					
.....					
Soma					
TOTAL					

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

(Anexo nº 12)

RECEITA

DESPESA

TÍTULOS	Previsão Cr\$	Execução Cr\$	Diferenças Cr\$	TÍTULOS	Fixação Cr\$	Execução Cr\$	Diferenças Cr\$
Receitas Correntes				Créditos Orçamentários e Suple- mentares			
Receita Tributária				Créditos Especiais			
Receita Patrimonial				Créditos Extraordinários			
Receita Industrial							
Transferências Correntes							
Receitas Diversas							
Receitas de Capital							
Soma				Soma			
Deficite				Superavito			
TOTAL				TOTAL			

BALANÇO FINANCEIRO

(Anexo nº 13)

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	CR\$	CR\$	CR\$	TÍTULOS	CR\$	CR\$	CR\$
ORÇAMENTARIA				ORÇAMENTARIA			
<i>Receitas Correntes:</i>				Governo e Administração-Geral			
Receita Tributária				Encargos Gerais			
Receita Patrimonial				Recursos Naturais e Agropecuária			
Receita Industrial				Energia			
Transferências Correntes				Transportes e Comunicações			
Receitas Diversas				Indústria e Comércio			
				Educação e Cultura			
				Saúde			
<i>Receita de Capital</i>				Trabalho, Previdência e Assistência Social			
				Abitação e Serviço Urbano			
EXTRA-ORÇAMENTARIA				EXTRA-ORÇAMENTARIA			
Restos a Pagar (Contrapartida da despesa a pagar)				Restos a Pagar (Pagamento no exercício)			
Serviço da Dívida a Pagar (contrapartida)				Serviço da Dívida a Pagar (pagamento)			
Depósitos				Depósitos			
Outras Operações:				Outras Operações:			
.....						
SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR				SALDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE			
Disponível:				Disponível:			
Caixa				Caixa			
Bancos e Correspondentes				Bancos e Correspondentes			
Exatores				Exatores			
Vinculado em O/C Bancárias				Vinculado em O/C Bancárias			
TOTAL				TOTAL			

BALANÇO PATRIMONIAL

Anexo nº 142

ATIVO				PASSIVO			
TÍTULOS	CR\$	CR\$	CR\$	TÍTULOS	CR\$	CR\$	CR\$
ATIVO FINANCEIRO				PASSIVO FINANCEIRO			
Disponíveis				Restos a Pagar:			
Baixa						
Bancos e Correspondentes				Serviços da Dívida a Pagar			
Créditos				Depósitos			
Vinculado em C/C Bancárias:				Débitos de Tesouraria			
.....							
Realizável				PASSIVO PERMANENTE			
.....				Dívida Fundada Interna:			
ATIVO PERMANENTE				Em Títulos			
Bens Móveis				Por Contratos			
Bens Imóveis				Dívida Fundada Externa:			
Bens de Natureza Industrial				Em Títulos			
Créditos				Por Contratos			
Valores				Diversos:			
Diversos:						
.....				Soma do Passivo Real			
Soma do Ativo Real				SALDO PATRIMONIAL			
SALDO PATRIMONIAL				Ativo Real Líquido			
Passivo Real Descoberto				= Soma			
Soma				PASSIVO COMPENSADO			
ATIVO COMPENSADO				Contrapartida Valores em poder de			
Valores em Poder de Terceiros:				Terceiros:			
.....						
Valores de Terceiros:				Contrapartida de Valores de Terceiros			
.....						
Valores Nominats Emitidos:				Contrapartida Valores Noms Emitidos:			
.....						
Diversos:				Diversos:			
.....						
TOTAL-GERAL				TOTAL-GERAL			

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

(Anexo nº 15)

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
TÍTULOS	CR\$	CR\$	CR\$	TÍTULOS	CR\$	CR\$	CR\$
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
RECEITA ORÇAMENTARIA				DESPESA ORÇAMENTARIA			
<i>Receitas Correntes</i>				<i>Despesas Correntes</i>			
Receita Tributária				Despesas de Custeio			
Receita Patrimonial				Transferências Correntes			
Receita Industrial				<i>Despesas de Capital</i>			
Transferências Correntes				Investimentos			
Receitas Diversas				Inversões Financeiras			
<i>Receitas de Capital</i>				Transferências de Capital			
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS				MUTAÇÕES PATRIMONIAIS			
Aquisição de Bens Móveis				Cobrança da Dívida Ativa			
Construção e Aquisição de Bens Imóveis				Alienação de Bens Móveis			
Construção e Aquisição de Bens de Natureza Industrial				Alienação de Bens Imóveis			
Aquisição de Títulos e Valores				Alienação de Bens de Nat. Industrial			
Empréstimos Concedidos				Alienação de Títulos e Valores			
Diversas				Empréstimos Tomados			
Total				Recebimento de Créditos			
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA				Diversas			
Inscrição da Dívida Ativa				Total			
Inscrição de Outros Créditos				INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA			
Incorporação de Bens (doações, legados, etc.)				Cancelamento da Dívida Ativa			
Cancelamento de Dívidas Passivas				Encampação de Dívidas Passivas			
Diversas				Diversas			
Total das Variações Ativas				Total das Variações Passivas			
RESULTADO PATRIMONIAL				RESULTADO PATRIMONIAL			
Deficit Verificado (se for o caso)				Superavit verificado (se for o caso)			
TOTAL GERAL				TOTAL GERAL			

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE

(Anexo nº 17)

TÍTULOS	Saldo do exercício anterior (Cr\$)	Movimento no Exercício Cr\$		Saldo para o exercício seguinte (Cr\$)
		Inscrição	Saldo	
Restos a Pagar				
...				
Subtotal				
Serviço da Dívida e Pagas				
...				
Subtotal				
Depósitos				
...				
Subtotal				
Débitos de Tesouraria				
...				
Subtotal				
TOTAL				

DISPOSITIVOS VETADOS

1) o parágrafo único do art. 3º e no art. 57, a expressão. Ressalvado o parágrafo único do art. 3º desta lei.

2) o parágrafo 2º do artigo 5º.

3) os artigos 9º e 10.

4) no art. 14, a expressão "suordinados ao mesmo órgão ou repartição".

5) no art. 15, as palavras entre vírgulas — "no mínimo" e todo o § 1º.

6) o art. 43 e todos os seus parágrafos e a expressão "obedece às disposições do art. 4º" do art. 7º, I.

7) o § 1º, do art. 55.

8) no art. 58, a expressão "ou não".

9) o parágrafo único do art. 64.

10) a parte final "nem a responsável por dois adiantamentos" do art. 69.

11) o art. 98.

D SR. PRESIDENTE:

A presente sessão conjunta foi convocada para a apreciação de vetos presidenciais opostos a duas proposições legislativas.

No primeiro caso, trata-se do Projeto de Lei nº 2.182-B-60 na Câmara e nº 31/59 no Senado, que estabelece prazo para o provimento dos cargos públicos. O veto foi total.

No segundo, a proposição em causa é o Projeto de Lei nº 201-D-50 na Câmara e nº 38-52 no Senado, que estatui normas de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. O veto foi parcial, sendo atingidas 14 disposições.

Na presente sessão far-se-á a discussão da matéria vetada, separadamente em relação a cada projeto, e em seguida a votação do primeiro projeto e de sete das disposições do segundo atingidas pela impugnação presidencial.

São utilizadas sete cédulas, colocadas numa só sobre-carta. De acordo com o que consta dos avulsos da Ordem do Dia, a correspondência entre as cédulas e a matéria vetada é a seguinte:

Cédula 1 — primeiro projeto, em sua totalidade;

Cédulas 2 a 7 — segundo projeto, sendo:

Cédula 2 — parágrafo único do art. 5º e palavras vetadas do art. 57;

Cédula 3 — parágrafo único do art. 7º, I;

Cédula 4 — art. 9º;

Cédula 5 — art. 10;

Cédula 6 — palavras vetadas do art. 14;

Cédula 7 — palavras vetadas do art. 15 (caput).

Na discussão o primeiro projeto vetado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Aliomar Baleeiro para discutir a matéria.

O SR. ALIOMAR BALEEIRO:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, creio que, de outra feita, eu declarei ao Congresso Nacional a minha inimizade feroz e velha ao instituto do veto. Se dependesse de mim, ele seria limitado por todos os modos, inclusive o veto parcial. Jamais poderia ser empregado a frases, a palavras e algarismos, dado que somos um dos raros países do mundo que admitem esse tipo de veto. Nos demais ou há veto à lei toda ou não há veto a parte nenhuma dela. Por isso mesmo, acredito que o Congresso me pode abrir um crédito no momento em que vou defender um dos vetos, um só.

Acho que o veto ao projeto dos funcionários deve ser repellido. Todos os vetos ao projeto de nº 201, que dita

normas financeiras para o preparo e controle dos orçamentos, todos eles também devem ser repellidos, porque visam a conservar na mão do Executivo medidas de arbítrio, velhas, perfeitamente conhecidas do Congresso e que têm tido o mais nefando efeito sobre a vida financeira e econômica do País. Todavia, há um veto que, a meu ver, deve ser acolhido porque, involuntariamente, o Presidente da República, vetando o artigo todo, propicia aos Srs. Deputados e Senadores uma oportunidade de eliminar do texto um erro grosseiro de direito financeiro e de ciência financeira.

Todos nesta Casa conhecem perfeitamente o conceito do tributo chamado taxa. Conhecem porque essa noção é velhíssima em nosso País, dado que nela tal conceito foi discutido quando ainda era matéria controversa na Europa, quando na Europa ainda muitos autores vacilavam a respeito do conceito de taxa, que remonta ao século XVIII com Adam Smith, com o cameralista Von Justi. Já Amaro Cavalcanti, numa obra de 1896 — mais tarde Veiga Filho e depois Ruy Barbosa — definiu a taxa como tributo que se paga quando se recebe do Estado um serviço de utilidade pública, quando se tem tal serviço à disposição; a taxa é paga por quem recebe o serviço, por quem dele se aproveita e não por uma terceira pessoa. Não pode haver taxa para benefício nenhum pago por outro. Não há taxa paga por a para vantagem de b, nem há taxa paga para vantagem da coletividade, apenas por um grupo de a, b, c. Infortunadamente, ou melhor, maliciosamente, durante a ditadura, quando se celebrou uma conferência de técnicos em Contabilidade Pública para padronização das normas orçamentárias, surgiram dois decretos-leis, um dos quais, se não me falha a memória, é de nº 3.416-41, os quais, porque as disposições são iguais em ambos, definem o que é imposto, tributo e taxa. E, como foi explicado pelo Sr. Afonso Almira, em Mesa Redonda do Instituto Brasileiro de Direito Financeiro, por pressão dos interventores e Secretários da Fazenda no período ditatorial, pressão desses agentes que não queriam abrir mão de falsas taxas, foi incluída naqueles dois diplomas a cláusula final que diz que "taxa é ainda para as contribuições destinadas ao custeio de atividades especiais da administração pública, provocadas por conveniência de caráter geral ou de determinados grupos de pessoas". Esta cláusula figura no art. 10 do projeto 201-D, este que está em debate e que se encontra à página 15 do avulso. Tendo o Presidente da República vetado este artigo 10 todo, como vetou o 9º, veto que corresponde à cédula 5, temos a oportunidade de evitar que se perpetue no direito escrito brasileiro uma noção errônea e que tem dado margem a inúmeros litígios nos tribunais do País. Por essa razão, eu que sou inimigo inveterado do veto, tomo a liberdade de pedir aos eminentes Senadores e nobres Deputados que em relação à cédula nº 5, somente à nº 5 correspondente ao Art. 10, votem Não.

A matéria já está regulada no projeto de Código Tributário Nacional, ou seja o Projeto Oswaldo Aranha-Professor Rubens Gomes de Souza, que estabelece as normas gerais de Direito Financeiro em caráter nacional. Isto é, aplicáveis à União, aos Estados e aos Municípios. Esse trabalho, cometido em boa hora ao Professor Rubens Gomes de Souza, é um dos melhores projetos que já surgiram no mundo sobre Direito Financeiro. Claro que ele aproveitou os trabalhos já realizados na Alemanha, na Argentina, no México e outros países. Mais cedo ou mais tarde, será votado o projeto de Código Tributário Nacional, onde é irrepreensível o conceito financeiro e jurídico de taxa. Assim, evitamos que se conserve essa errônea grosseria que se encontra no projeto ora em debate.

Lembro-me de que estava ausente da Câmara, servindo na Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, quando esse projeto tramitou no Senado, e tive oportunidade de dirigir carta ao Senador Jefferson Aguiar, Relator do assunto, chamando sua atenção para esse erro e indicando vários acórdãos do Supremo Tribunal Federal que mostravam a completa inutilidade, errônea e impropriedade da cláusula que acabo de ler aqui.

O Sr. Laerte Vieira — Permita-me. Apenas para obter de V. Exa. um esclarecimento. Porque o dispositivo vetado...

O SR. ALIOMAR BALEEIRO — Artigo 10, pg. 15.

O Sr. Laerte Vieira — ...corresponde aos Artigos 10º e 9º. O 9º se refere ao conceito de tributo e o 10º à conceituação de impostos e taxas. De modo que para obter o que V. Exa. pretende, com o que eu concordaria inteiramente, seria preciso solicitar da Mesa o desdobramento, para que pudessemos aprovar o Art. 9º e rejeitar o Art. 10, conforme aconselha V. Exa. Da forma como está o veto elaborado, com os dois artigos englobados, as cédulas correspondem ao 9º e ao 10º.

O SR. ALIOMAR BALEEIRO — Creio que a disposição é inteiramente supérflua, porque os conceitos de taxa, imposto e contribuição de melhoria já estão elaborados há muitos anos: a doutrina brasileira. Quando a Constituição se refere a tributos, taxas e impostos, evidentemente se refere a esses conceitos que a tradição brasileira já consagrou há mais de 70 anos, porque já eram correntes no País ao fim do Império. Já citei mesmo aqui a obra de Amaro Cavalcanti, publicada em 1896, onde já é perfeita a noção de taxa. Amaro Cavalcanti lia alemão e sofria influência grande dos escritores financeiros da Escola Histórica. De modo que como os alemães já tinham construído a noção de taxa, para a qual usam a palavra *Gebühr*, ele deu uma definição que é a tradução dos escritores alemães por ele citados. Mas ao tempo de Ruy Barbosa, nem de Veiga Filho, nem de quantos no Brasil têm tratado de taxa, até na ditadura, nunca houve controvérsia. Essa controvérsia se estabeleceu unicamente pelos motivos que expliquei. Os Secretários da Fazenda impuseram à Comissão de Técnicos em Contabilidade um conceito maior abrangendo essa cláusula final pela qual existe uma taxa sem ser em proveito de quem a paga, taxa para um grupo diferente. Houve um caso no Paraná, por exemplo, em que a assistência aos alienados e psicopatas era paga por certos contribuintes do Imposto de Vendas, apenas duplicatas do Imposto de Vendas, o que não era inconstitucional, porque a competência pertencia também ao Estado. Mas, às vezes, acontece que as falsas taxas representem tributação por invasão de competência alheia. E o Estado criando uma falsa taxa e mascarando o imposto de competência do Município ou da União. Isso tem surgido de diversas demandas, algumas das quais foram às barras do Supremo Tribunal Federal.

Em resumo, peço que em relação ao Art. 10, Cédula 5, respondam — "não", para evitar a consagração de um erro.

O Sr. Aloísio de Castro — Eu figurei na primeira parte dos trabalhos da Comissão de Orçamento quando veio do Senado a emenda substitutiva ao projeto da Câmara. E do exame que fiz da matéria também, em parte, concordaria com V. Exa., no tocante ao Art. 10, por isso que, ao lado das considerações já feitas por V. Exa., verifiquei, como se verifica ainda agora, que na parte que diz respeito

to à contribuição de melhoria não há nenhuma definição.

O SR. ALIOMAR BALEEIRO — E porque a definição de contribuição de melhoria figura no artigo 30, número 1 e parágrafo único, da Constituição.

O Sr. Aloísio de Castro — Ele poderia ter repetido aqui.

O SR. ALIOMAR BALEEIRO — Enfim, não seria errôneo, porque está na Constituição e presume-se que ela seja conhecida do legislador e do aplicador.

O Sr. Aloísio de Castro — Mas entendendo assim. De modo que hesitei em aceitar o artigo 9º.

O SR. ALIOMAR BALEEIRO — Além de tudo, a contribuição de melhoria em texto é a Lei 854, de 10 de outubro de 1949, se não me falha a memória, em que, em mais de 30 artigos, alguns até longos, se diz o que ela é quando se cobra, em que casos, por que processos. Mas o conceito de contribuição de melhoria, inequívoco, figura no artigo 30, número 1 e parágrafo único da Constituição.

O Sr. Aloísio de Castro — De modo que estarei de acordo com V. Exa. no tocante ao artigo 10. Quanto ao artigo 9º, não vejo por que rejeitá-lo.

O SR. ALIOMAR BALEEIRO — Apenas para não ficar sóto. Limito-me a pedir a rejeição do artigo 10, ou a aceitação do veto em relação ao artigo 10.

O Sr. Aloísio de Castro — Vossa Excelência aceita o veto ao artigo 10? Ou rejeita?

O SR. ALIOMAR BALEEIRO — Rejeito o Artigo 10. Ou aceito o veto ao Artigo 10, cédula nº 5.

O Sr. Aloísio de Castro — Abrangendo o artigo 9º?

O SR. ALIOMAR BALEEIRO — Tira o artigo todo. Não faz falta alguma.

O Sr. Aloísio de Castro — E' outro artigo.

O SR. ALIOMAR BALEEIRO — Não. E' o artigo 10, cédula nº 5.

O Sr. Aloísio de Castro — Como haveríamos de excluir o artigo 9º?

O SR. ALIOMAR BALEEIRO — Basta rejeitar a cédula nº 4 ou então aceitar o veto da cédula nº 4 relativa ao Artigo 9º.

O Sr. Aloísio de Castro — Excluiríamos, então. Acabo de ser informado de que foi desdobrado com outro número. Nesse caso, estou de acordo com V. Exa.

O SR. ALIOMAR BALEEIRO — Agradeço o aparte do nobre colega e mais uma vez reitero apelo aos nobres congressistas para a aceitação do veto ao Art. 10, correspondente à cédula nº 5. (Muito bem; muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Auro Moura Andrade) — Continua a matéria em discussão.

Com a palavra o nobre Deputado Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO: (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, se fosse possível escolher um projeto para fazer o elogio do Congresso Nacional, nenhum seria melhor do que este de autoria do nobre Senador Milton Campos, vetado pelo ex-Presidente da República.

Para o elogio do Congresso basta referir que esta medida moralizadora não encontrou nenhum obstáculo nem na Câmara nem no Senado. Vale a pena acompanhar o curso dessa proposição.

No Senado Federal, a Comissão de Justiça, sendo Relator o nobre Senador Daniel Krieger, deu-lhe parecer favorável. A Comissão de Serviço Público, sendo Relator o saudoso Senador Caiado de Castro, também lhe deu parecer favorável, ressaltando, seu sent do altamente moralizador. Incluído na Ordem do Dia, foi aprovado no Senado sem divergência expressa. Vindo à Câmara, foi distribuído na Comissão de Justiça ao nobre Deputado

to à contribuição de melhoria não há nenhuma definição.

O SR. ALIOMAR BALEEIRO — E' porque a definição de contribuição de melhoria figura no artigo 30, número 1 e parágrafo único, da Constituição.

O Sr. Aloísio de Castro — Ele poderia ter repetido aqui.

O SR. ALIOMAR BALEEIRO — Enfim, não seria errôneo, porque está na Constituição e presume-se que ela seja conhecida do legislador e do aplicador.

O Sr. Aloísio de Castro — Mas entendendo assim. De modo que hesitei em aceitar o artigo 9º.

O SR. ALIOMAR BALEEIRO — Além de tudo, a contribuição de melhoria em texto é a Lei 854, de 10 de outubro de 1949, se não me falha a memória, em que, em mais de 30 artigos, alguns até longos, se diz o que ela é quando se cobra, em que casos, por que processos. Mas o conceito de contribuição de melhoria, inequívoco, figura no artigo 30, número 1 e parágrafo único da Constituição.

O Sr. Aloísio de Castro — De modo que estarei de acordo com V. Exa. no tocante ao artigo 10. Quanto ao artigo 9º, não vejo por que rejeitá-lo.

O SR. ALIOMAR BALEEIRO — Apenas para não ficar sóto. Limito-me a pedir a rejeição do artigo 10, ou a aceitação do veto em relação ao artigo 10.

O Sr. Aloísio de Castro — Vossa Excelência aceita o veto ao artigo 10? Ou rejeita?

O SR. ALIOMAR BALEEIRO — Rejeito o Artigo 10. Ou aceito o veto ao Artigo 10, cédula nº 5.

O Sr. Aloísio de Castro — Abrangendo o artigo 9º?

O SR. ALIOMAR BALEEIRO — Tira o artigo todo. Não faz falta alguma.

O Sr. Aloísio de Castro — E' outro artigo.

O SR. ALIOMAR BALEEIRO — Não. E' o artigo 10, cédula nº 5.

O Sr. Aloísio de Castro — Como haveríamos de excluir o artigo 9º?

O SR. ALIOMAR BALEEIRO — Basta rejeitar a cédula nº 4 ou então aceitar o veto da cédula nº 4 relativa ao Artigo 9º.

O Sr. Aloísio de Castro — Excluiríamos, então. Acabo de ser informado de que foi desdobrado com outro número. Nesse caso, estou de acordo com V. Exa.

O SR. ALIOMAR BALEEIRO — Agradeço o aparte do nobre colega e mais uma vez reitero apelo aos nobres congressistas para a aceitação do veto ao Art. 10, correspondente à cédula nº 5. (Muito bem; muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Auro Moura Andrade) — Continua a matéria em discussão.

Com a palavra o nobre Deputado Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO: (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, se fosse possível escolher um projeto para fazer o elogio do Congresso Nacional, nenhum seria melhor do que este de autoria do nobre Senador Milton Campos, vetado pelo ex-Presidente da República.

Para o elogio do Congresso basta referir que esta medida moralizadora não encontrou nenhum obstáculo nem na Câmara nem no Senado. Vale a pena acompanhar o curso dessa proposição.

No Senado Federal, a Comissão de Justiça, sendo Relator o nobre Senador Daniel Krieger, deu-lhe parecer favorável. A Comissão de Serviço Público, sendo Relator o saudoso Senador Caiado de Castro, também lhe deu parecer favorável, ressaltando, seu sent do altamente moralizador. Incluído na Ordem do Dia, foi aprovado no Senado sem divergência expressa. Vindo à Câmara, foi distribuído na Comissão de Justiça ao nobre Deputado

do Pedro Aleixo e aquele órgão técnico se manifestou unanimemente pela aprovação. Na Comissão de Serviço Público foi o Relator o nobre Deputado Paulo Mincarone, violentamente arrancado destas bancadas, e também o seu parecer foi unanimemente aprovado.

Srs. Congressistas, se queremos realmente instaurar no País um regime de moralidade administrativa, se queremos realmente estancar a onda de nomeações injustificadas e excessivas que oneravam os cofres públicos e causavam o desprestígio da própria administração, se queremos dar uma demonstração da nossa fidelidade aos ideais que vivem em nossos corações, um atestado de que estamos dispostos a colaborar com quanto queiram trazer rumos claros a este País, então rejeitemos na noite de hoje o veto do ex-Presidente da República ao projeto do Sr. Milton Campos, que regulamenta, que traça as normas para o preenchimento dos cargos públicos, evitando, quanto possível, a intervenção e o favorecimento.

O Sr. Teófilo de Andrade — V. Exa. está defendendo, por conseguinte, o projeto vetado pela Presidência da República. Todavia, V. Exa. me permita ponderar: a mim me parece que o projeto é, tecnicamente, falho. Em primeiro lugar, porque só se refere aos atos de nomeação do Presidente da República quando outros cargos poderão ser providos por nomeação de outras autoridades federais, haja vista o que ocorre nas autarquias. Em segundo lugar, nobre orador, pediria um esclarecimento a V. Exa., a saber: — Qual seria a consequência do não provimento, pela Presidência da República, no prazo de trinta dias, de cargo público vago? Parece-me falho o projeto, também, neste particular. O projeto não estabelece nenhuma sanção para o descumprimento de seu mandamento. Quem sabe V. Exa. poderia esclarecer?

O SR. NELSON CARNEIRO — Tenho muito prazer, embora não seja o Relator do projeto. Quero apenas esclarecer, primeiro, que o autor do projeto, o nobre Senador Milton Campos, não podia disciplinar as nomeações feitas nas autarquias, porque essas nomeações não são feitas pelo chefe do Poder Executivo, mas pelos dirigentes das autarquias — geralmente e até hoje através do colegiado. Mas, ainda que tivesse havido omissão, aí está o princípio, aí está uma norma salutar, que deve ser aceita e deve ser prestigiada. Sobre a falta de sanção, direi que uma lei deve ser um acórdão de honra entre os dois Poderes: entre o Poder que faz a lei e o Poder que a executa.

Quando o Presidente da República sanciona uma lei, ele assume compromisso de honra, assume o compromisso de honra a sanção proferida.

O Sr. Teófilo de Andrade — Mas se porventura ele não o fizer?

O SR. NELSON CARNEIRO — De modo que o Congresso Nacional, ao entregar ao Presidente da República essa lei e ter essa lei sancionada, está certo de que ele honrará sua assinatura e será o primeiro a cumprir a lei que sancionou. E que vivamos, Sr. Deputado, e vivemos durante muitos anos, não somente agora, num regime de irresponsabilidade, em que os homens que estão no poder, que sancionam as leis, se esquecem rapidamente dos textos legais que sancionaram. E preciso então que surja um meio de compeli-los ao cumprimento da lei.

O Sr. Pedro Aleixo — O nobre Deputado Teófilo de Andrade reclama a falta de sanção. Mas o que me parece, nobre Deputado Nelson Carneiro, é que, uma vez estabelecido o prazo dentro do qual devam ser providos os cargos públicos, se no prazo estipulado não for feita a nomeação, terá, incontestavelmente, o prejudicado o recurso ao Poder Judiciário para

o efeito de ter atendida sua justa pretensão. A sanção consiste exatamente em permitir que o prejudicado, uma vez que não podemos subtrair, ao Poder Judiciário o conhecimento de todas essas relações de direito, vá ao Poder Judiciário para obter aquilo que lhe foi negado por omissão pelo Poder Executivo.

O SR. NELSON CARNEIRO — Obrigado a V. Exa.

Srs. Deputados, todos temos ouvido, nestes últimos dias, muitas proclamações de amor, muitos discursos entusiásticos preconizando a necessidade de moralidade administrativa. Tem o Congresso uma oportunidade imediata de afirmar, com seu voto, sua decisão de colaborar para que outros rumos sejam traçados a este País.

O Sr. Pedro Aleixo — Ainda, nobre Deputado, para acudir à observação feita pelo ilustre apartante, devo dizer a V. Exa., mais uma vez, que não se trata de concurso; trata-se apenas da falta de provimento. Estabelecido o prazo, se o chefe do Poder Executivo deixar de prover o cargo, estará realmente incorrendo em crime de responsabilidade.

O SR. NELSON CARNEIRO — Se Sr. Presidente, essa lei existisse, não estaria o Brasil na triste situação em que se encontra, com várias embaixadas da maior importância sem titulares efetivos, sem pessoas que, neste instante, pudessem estar no estrangeiro com a devida autoridade, explicando os acontecimentos do Brasil, porque, pela lei, são fixados prazos para que o Sr. Presidente da República efetive o provimento desses cargos e preencha as vagas existentes. No momento, estão sem titulares embaixadas importantes, como a de Washington e a da França, sem que o Sr. Presidente da República se tenha preocupado em preencher esses cargos. O projeto Milton Campos obriga o Sr. Presidente a esse preenchimento dentro do prazo legal, não só para que não fiquem esses hiatos na administração, mas, principalmente, para evitar a multiplicação dos cargos desnecessários, das nomeações de favor.

Este Congresso está convocado para decidir se, realmente, deseja colaborar para uma nova era de moralização no País, aprovando o projeto Milton Campos, ou se deseja continuar as incertezas do passado, mantendo o veto do ex-Presidente da República. Mas esse projeto, Srs. Senadores e Srs. Deputados, pela sua alta missão moralizadora, é o melhor elogio do Congresso que aí está, porque na sua tramitação, seja na Câmara, seja no Senado, nenhuma voz se ergueu para combatê-lo. Vale acentuar ainda que, entre os que deram seu voto, entre os que o relataram, entre os que o tornaram vitoriosos, estava um dos Deputados há pouco retirado dessas bancadas, o nobre Deputado Paulo Mincarone, cuja atuação recorde neste episódio, pela surpresa que a cassação do seu mandato representou para quantos acompanhavam sua carreira na Câmara dos Deputados.

Srs. Deputados, Srs. Senadores, se há um projeto que é um divisor de águas entre os que querem a moralização da administração pública e os que não a querem, é este de Senador Milton Campos. Confio em que o Congresso Nacional rejeitará o veto do ex-Presidente da República, numa afirmação de que deseja, realmente, participar de uma era de moralização dos costumes políticos e administrativos do País. (Muito bem; muito bem)

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI:

(Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, a questão de ordem que formulou é simples e me parece que não reúne nenhuma controvérsia digna de nota. Apenas se baseia numa dúvida que atua no meu espírito e certamente

na da maioria dos Deputados, pelo menos na bancada que lidero nesta Casa. É que o Congresso está reunido para discutir e votar o veto ao projeto de lei da Câmara 2.182-60 e o veto parcial ao projeto de lei número 201-D-50, também da Câmara.

Ora, se são dois projetos de lei vetados, um total e outro parcialmente as cédulas que estão sendo distribuídas, referentes a sete itens, são de 1 a 7. Quer-me parecer que vamos votar, englobadamente, dois projetos com cédulas unidas. Assim, incorreremos no risco de votar errado. Gostaria que a Mesa explicasse à Casa, de modo a dissipar essa dúvida que está como uma penumbra no meu espírito. Aí se aplica o velho ditado: o erro por brilhante que seja é uma desilusão que desaparece à medida que o entendimento surge. V. Exa. pode fazer urgir o entendimento de que carecemos. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE (Senador Moura Andrade) — De acordo com o que habitualmente se pratica em circunstâncias idênticas a matéria está sendo votada conjuntamente, já tendo sido discutida separadamente. A cédula 1 refere-se ao primeiro veto, ao veto total. As cédulas de 2 a 7 referem-se ao 2º veto, ao veto parcial, de modo que não acredito que possa haver qualquer equívoco por parte dos Srs. Congressistas. Naturalmente V. Exa. deu oportunidade à Mesa para esclarecer ainda uma vez que o veto nº 1 se refere ao primeiro veto, ao veto total apostado ao projeto de lei 2.182-B, da Câmara e as cédulas de 2 a 7 se referem ao projeto nº 201-D, de 1960, da Câmara e 38-1962 no Senado.

O SR. TENÓRIO CAVALCANTI — Agradeço a V. Exa. e me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE:

(Senador Moura Andrade) — Tem a palavra o Sr. Deputado Teófilo de Andrade.

O SR. TEÓFILO DE ANDRADE:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, não pretendo vir à tribuna. Entretanto entendi de fazê-lo, porque, na verdade, não me vi satisfeito com os esclarecimentos que me foram prestados pelos ilustres Deputados Nelson Carneiro e Pedro Aleixo. Refiro-me ao Projeto de Lei número 31-59, vetado integralmente. Parece-me, Srs. Congressistas, que o veto deva ser mantido, porque os objetivos do projeto vetado, que são de moralização, não serão alcançados pela aprovação desse projeto com a rejeição do veto. Parece-me que o objetivo do projeto seria evitar o provimento dos cargos públicos, em caráter interino, com preterição de candidatos aprovados em concurso.

Não obstante pelos termos do projeto, pela simples enunciação de um prazo à Presidência da República para que sejam providos tais cargos, este objetivo não será colimado.

Por outro lado, quando se tratar de cargos de livre provimento, a simples enunciação de prazo não estabelece nenhuma sanção para o descumprimento. De sorte que, a meu ver, Srs. Congressistas o projeto apenas criaria problemas sem oferecer quaisquer soluções.

Na verdade, o descumprimento de prazo seria quase fatal, porque, com o acúmulo de funções na Presidência da República, não será possível cumprir o prazo de 30 dias para a efetivação de todas as nomeações e em todos os escalões do serviço público federal haveria, fatalmente, o descumprimento do mesmo. Não se faria nenhuma sanção para isso e a Presidência da República seria obrigada, mais uma vez ao descumprimento da lei e teríamos que tolerá-lo.

Pondera o ilustre Deputado antigo líder da Minoria nesta Casa e um dos líderes da União Democrática Nacional, meu nobre, prezado colega e mestre Pedro Aleixo que neste caso de descumprimento o Presidente da República incorreria em crime de responsabilidade. Mas, Senhores, não seria o caso, evidentemente. É uma sanção demasiada pelo descumprimento desse preceito legal.

Por conseguinte, Srs. Congressistas, por não atingir o projeto o objetivo colimado de moralização, por ignorar o projeto em constituir-se em simples dificuldade no desempenho das funções do Presidente da República, enfim, por não estabelecer uma sanção para o descumprimento do prazo legal, por todos estes motivos: parece-me o projeto, *aditum* do seu ilustre autor e dos ilustres relatores que o apreciaram, tecnicamente é falho.

É o projeto, pois, merecedor do veto que lhe foi aposto.

Neste sentido será meu voto neste plenário, em favor do veto, contra o projeto vetado.

Muito agradecido pela atenção dos Srs. Congressistas. (Muito bem; muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Senador Moura Andrade) — Se mais nenhum dos Srs. Congressistas quiser fazer uso da palavra declararei encerrada a discussão do 1º veto. (Pausa)

Encerrada a discussão do 1º veto.

Em discussão o 2º veto. Se nenhum dos Srs. Congressistas quiser fazer uso da palavra, também declararei encerrada a sua discussão. (Pausa)

Está encerrada a discussão do 2º veto.

22-4-64.

A votação processar-se-á mediante chamada que começará pelas representações dos Territórios, seguidas das bancadas dos Estados, do Norte para o Sul.

Conforme foi anunciado no início da sessão, sete serão as cédulas utilizadas, colocadas numa só sobre-carta.

As cédulas "sim" rejeitam o veto; as cédulas "não" o mantêm.

(Procede-se à chamada).

RESPONDEM A CHAMADA E VOTAM, OS SRS. SENADORES

Goldwasser Santos
José Guionard
Oscar Passos
Edmundo Levy
Zacharias de Assumpção
Eugenio Barros
Sebastião Archer
Joaquim Parente
Jorge de Figueiredo
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Walfrido Gurgel
Argemiro de Figueiredo
João Agripino
Rui Palmeira
Heribaldo Vieira
Josephat Marinho
Jefferson de Aguiar
Eurico Rezende
Raul Giuberti
Afonso Arinos
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Dionísio Valadares
Nogueira da Gama
Moura Andrade
José Feliciano
Pedro Ludovico
Fulinto Müller
Bezerra Neto
Nelson Maculan
Adolfo Franco
Mello Braga
Irineu Bornhausen
Antônio Carlos
Guida Mondim
Daniel Krieger
Mem de Sá — (38).

Os Srs. Deputados:

Acre:

Albino Machado — PTB
 Armando Leite — PSD
 Geraldo Mesquita — PSD
 Jorge Kalume — PSD
 Mário Maia — PTB
 Ruy Lino — PTB
 Valério Magalhães — PSD

Amazonas:

Djama Passos — PTB
 João Veiga — PTB
 José Esteves — PSD
 Leopoldo Peres — PSD
 Manoel Barbuda
 Paulo Coelho — PTB

Pará:

Armando Corrêa — PSD
 Buzamaki de Miranda — PSD
 Gabriel Hermes — UDN
 Lopo Castro — PSP
 Stelio Maroja — PSP
 Waldemar Guimarães — PSD

Maranhão:

Alexandre Costa — PSP
 Códemir Millet — PSP
 Ivar Saldanha — PTB
 José Burnett — PSD
 José Rio — PSD
 Luiz Coelho — PTB
 Mattos Carvalho — PSD
 Pedro Braga — PTB

Piauí:

Chagas Rodrigues — PTB
 Dyrno Peres — PSD
 Ezequias Costa — UDN
 Heitor Cavalcante — UDN
 João Mendes Olimpio — PTB
 Maura Santos — PSD

Ceará:

Edilson Melo Távora — UDN
 Francisco Azevedo — PTN
 Martins Rodrigues — PSD
 Moreira da Rocha — PTB (25-6-64)

Rio Grande do Norte:

Aluísio Bezerra — PSD

Paraíba:

Bivar Olimpio — PSD
 Flaviano Ribeiro — UDN
 Humberto Lucena — PSD
 Jandui Carneiro — PSD
 Teófilo Neto — PSD

Pernambuco:

Aderbal Jurema — PSD
 Artur da Câmara — PDC
 Augusto Novais — UDN
 Costa Cavalcanti — UDN
 Gerardo Guedes
 Heráclio Rêgo — PTB
 José Carlos — UDN
 Milvernes Lima — PTB
 Ney Maranhão — PTB
 Nilo Coelho — PSD
 Oswaldo Lima Filho — PTB
 Souto Maior — PTB
 Luis Pereira

Alagoas:

Abraão Moura — PTB
 Aluísio Nonô — PTB
 Ary Pitombo — PTB
 Medeiros Neto — PSD
 Oceano Carneal — UDN
 Oséas Cardoso — PTN
 Pereira Lúcio — UDN
 Segismundo Andrade — UDN

Sergipe:

Euvaldo Diniz — PTB
 José Carlos Teixeira — PSD
 Lourival Batista — UDN
 Machado Rol emberg — UDN

Bahia:

Alves Macedo — UDN
 Antônio Carlos Magalhães — UDN
 Aloísio de Castro — PSD
 Henrique Lima — PSD
 João Alves — PTB
 Josaphat Borges — PSD
 Luna Freire — PTB
 Mancel Novais — PTB
 Mário Piva — PSD
 Nonato Marques — PSD
 Pedro Catalão — PTB
 Regis Pacheco — PSD
 Ruy Santos — UDN
 Teófilo de Albuquerque — PTB
 Tourinho Dantas — UDN
 Vasco Filho — UDN
 Vieira de Melo — PSD
 Wilson Falcão — UDN

Espírito Santo:

Bagueteira Leal — UDN
 Dirceu Cardoso — PSD
 Dulcino Monteiro — UDN
 Floriano Rubin — PTN
 Gil Veloso — UDN
 Oswaldo Zanello — PRP
 Raymundo de Andrade — PTN

Rio de Janeiro:

Afonso Celso — PTB
 Carlos Werneck — PDC
 Dado Coimbra — PSD
 Emmanouel Walsmann — PTB
 Fontes Torres — PSB
 Geremias Fontes — PDC
 Getúlio Moura — PSD
 José Maria Ribeiro
 Raymundo Padilha — UDN
 Roberto Saturnino — PSB
 Tenório Cavalcanti — PST

Guanabara:

Allomar Baleeiro — UDN
 Aureo Melo — PTB
 Basta Neves — PTB
 Breno da Silveira — PTB
 Cardoso de Menezes — UDN
 Expedito Rodrigues
 Hamilton Nogueira — UDN
 Jamil Amiden — PTB
 Mendes de Moraes
 Nelson Carneiro — PSD
 Noronha Filho — PTB
 Waldir Simões — PTB
 Eurico de Oliveira

Minas Gerais:

Abel Rafael — PRP
 Amintas de Barros — PSD
 Bias Fortes — PSD
 Bilac Pinto — UDN
 Carlos Murilo — PSD
 Celso Murta — PSD
 Dnar Mendes — UDN
 Francellino Pereira — UDN
 Geraldo Freire — UDN
 Guilherme Machado — UDN
 Guilhermino de Oliveira — PSD
 João Herculino — PTB
 Manoel de Almeida — PSD
 Manoel Taveira — UDN
 Nogueira de Rezende — PR
 Olavo Costa — PSD
 Oscar Corrêa — UDN
 Ovidio de Abreu — PSD
 Ozanam Coelho — PSD
 Padre Vidigal — PSD
 Paulo Freire — PTB
 Pedro Aleixo — UDN
 Pinheiro Chagas — PSD
 Rondon Pacheco — UDN
 Teófilo Pires — PR
 Walter Passos — PR

São Paulo:

Adrião Bernardes — PST
 Afrânio de Oliveira — UDN
 Alceu de Carvalho — PTB
 Antônio Feliciano — PSD
 Athié Coury — PDC
 Batista Ramos — PTB

Cantídio Sampaio — PSP
 Celso Amaral — PTB
 Cunha Bueno — PSD
 Derville Alegratti — MTR
 Ewaldio Pinto — MTR
 Helcio Maghenzani — PTB
 Herbert Levy — UDN
 José Menck — PDC
 José Resegre — PTB
 Lauro Cruz — UDN
 Lino Morganti — PRT
 Luiz Francisco — PTN
 Mário Covas — PST
 Maurício Goulart — PTN
 Nicolau Tuma — UDN
 Pacheco Chaves — PSD
 Padre Godinho — UDN
 Paulo Mansur — PTB
 Pedro Marão — PTN
 Pinheiro Brisolla — PSP
 Plínio Salgado — PRP
 Sussumo Hirata — UDN
 Teófilo Andrade — PDC
 Tuffy Nassif — PTN
 Ulysses Guimarães — PSD
 William Salem — PTB

Goiás:

Benedito Vaz — PSD
 Castro Costa — PSD
 Celestino Filho — PSD
 Geraldo de Pina — PSD
 Jales Machado — UDN
 Ludovico de Almeida — PSP
 Peixoto da Silveira — PSD

Mato Grosso:

Correia da Costa — UDN
 Edilson Garcia — UDN
 Onice de Arruda — PSD
 Rachid Mameg — PSD
 Saldanha Derzi — UDN
 Wilson Martins — UDN

Paraná:

Accoly Filho — PDC
 Antônio Annibelli — PTB
 Antônio Baby — PTB
 Enfilio Gomes — PDC
 Fernando Gama — PTB
 Ivan Luz — PRP
 Jorge Curi — UDN
 José Richa — PDC
 Miguel Suttara — PTB
 Minoru Miyamoto — PDC
 Newton Carneiro — UDN
 Plínio Costa — PSD
 Rafael Rezende — PSD
 Renato Celônio — PTB
 Wilson Chedid — PTB

Santa Catarina:

Albino Zeni — UDN
 Antônio Almeida — PSD
 Aroldo Carvalho — UDN
 Carneiro de Loyola — UDN
 Laerte Vieira — UDN
 Lenoir Vargas — PSD
 Orlando Bertoli — PSD
 Osni Regis — PSD
 Paulo Macarini — PTB
 Pedro Zimmermann — PSD

Rio Grande do Sul:

Adílio Viana — PTB
 Antônio Bresolin — PTB
 Ary Alcântara — PSD
 Brito Velho — PL
 Cid Furtado — PDC
 Clay de Araújo — PTB
 Clóvis Pestana — PSD
 Croacy de Oliveira
 Euclides Triches — PDC
 Flores Soares — UDN
 Foriceno Paixão — PTB
 Giordano Alves — PTB
 Lauro Leitão — PSD
 Lino Braun — PTB
 Luciano Machado — PSD
 Peracchi Barcelos — PSD
 Raul Pila — PL

Ruben Alves — PTB
 Unirio Machado — PTB
 Zaire Nunes — PTB

Amapá:

Janary Nunes — PSP

Roraima:

Renato Medeiros — PTP

Roraima:

Felix Valois — PRT

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada e votaram 273 Srs. Congressistas, número que coincide com o de sobrecartas encontradas na urna.

Val-se proceder à apuração.

Convido para escrutinadores os Senhores Goldwasser Santos e Deputados Luiz Pereira da Silva.

(Procede-se à apuração).

O SR. PRESIDENTE:

Está concluída a apuração, que acusa o seguinte resultado:

Veto nº 1 — Projeto que estabelece prazo para o provimento de cargos públicos.

Cédula 1 — Totalidade do projeto.

	Votos
Sim	212
Não	42
Em Branco	18
Nulo	1

Veto nº 2 — Projeto que estatui normas de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Cédula 2 — Parágrafo único do artigo 3º.

Art. 37 — (Palavras vetadas).

Sim	224
Não	32
Em branco	17

Cédula 3 — Parágrafo único do artigo 6º.

Sim — 227	
Não — 31	2
Em branco — 13	
Cédula 4 — Art. 9.	
Sim — 225	
Não — 30	1
Em branco — 18	
Cédula 5 — Art. 10.	
Sim — 165	
Não — 152	3
Em branco — 16	

Cédula 6 — Art. 14 (Palavras vetadas).

Sim — 221	
Não — 29	
Em branco — 21	
Nulo — 1	

Cédula 7 — Art. 15 caput (palavras vetadas).

Sim — 215	
Não — 29	
Em branco — 29	

O SR. PRESIDENTE — Declaro rejeitado os votos referentes às cédulas nºs 1, 2, 3, 4, 6 e 7 e mantido o veto relativo à cédula nº 5.

Está encerrada a sessão.

Encerrada a sessão às 23 horas e 35 minutos.